



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

MUSEU NACIONAL

DEPARTAMENTO DE ANTROPOLOGIA

PROJETO EMPREGO E MUDANÇA SÓCIO ECONÔMICA NO NORDESTE

COORDENADOR: MOACIR GRACINDO SOARES PALMEIRA

Convênio

Financiadora de estudos e Projetos	(FINEP)
Instituto de Planejamento Econômico e Social	(IPEA)
Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística	(IBGE)
Universidade Federal do Rio de Janeiro	(UFRJ)

Rio de Janeiro

1977

220.9813
p96 ↓
v.5

PROJETO EMPREGO E MUDANÇA SÓCIO ECONÔMICA NO NORDESTE

RELATÓRIO DE PESQUISA

A INVENÇÃO DA MIGRAÇÃO



Í N D I C E

	Pág.
Apresentação	1
Introdução	2
Da Imigração à Migração: a Busca da Teoria	11
Êxodo: uma Tradição Paralela?	37
Conclusão	64

**Favor não fazer anotações ou grifos
à tinta ou a lápis nesta publicação**

APRESENTAÇÃO

Este trabalho, redigido por Alfredo Wagner Berno de Almeida e Moacir Palmeira, foi uma tentativa de trabalho em equipe que envolveu, além dos dois redatores, que o coordenaram em todas as suas fases, os seguintes pesquisadores: Amélia Sã Barreto Teixeira, Cristina Marin, Doris Rinaldi Meyer, Leilah Assumpção, Neide Esterci e Regina Célia Reyes Novaes.

O ponto de partida do trabalho foi o levantamento bibliográfico sobre emprego e migrações (parte deste Relatório) e que envolveu todos os pesquisadores do Projeto Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste (cf. Relatório Administrativo). Terminado o levantamento, os pesquisadores foram divididos em dois grupos. O "grupo migração", integrado pelas pessoas citadas acima, iniciou, então o trabalho de leitura e fichamento de textos. Depois, essas fichas foram objeto de um trabalho de identificação de termos-chave, elaborando-se listas de tais termos. A seguir, feita uma triagem que evitasse repetições ou a simples sinonímia, foram elaboradas fichas de significados e fichas de contextos em que aqueles termos eram acionados. Essas fichas de significados e contextos é que forneceram a matéria-prima para a elaboração da primeira versão do presente trabalho. Pelo menos três versões, envolvendo os diferentes membros da equipe, foram redigidas até a reelaboração operada pelos redatores desta versão.

Apesar do grande esforço investido, outras atividades do Projeto, que exigiam a presença dos membros da equipe, além das falhas naturais de um trabalho de várias mãos (que, no entanto, se mostrava pedagogicamente indispensável) fizeram com que este trabalho perdesse em extensão com relação ao seu projeto original e que permanecesse com algumas falhas e lacunas. Só uma volta posterior às fichas originais e, alguns casos, aos textos originais, além de uma elaboração do material relativo às instituições sociais dentro das quais aquela massa de textos foi produzida (colhido apenas parcialmente) poderá permitir a redação de um trabalho mais acabado. Mas o texto, parece-nos, justifica-se como uma primeira incursão em um campo quase virgem e como um conjunto de hipóteses relativamente articuladas e com alguma consistência em termos da matéria prima utilizada.

INTRODUÇÃO

Este trabalho tenta fazer uma espécie de genealogia da categoria migração e de outras categorias de peso equivalente que têm sido acionadas para pensar determinados processos sociais que nosso senso comum intelectual contemporâneo designa como migrações.

Uma tal tentativa não se prende, de forma alguma, a qualquer amor de antropólogos pela análise de categorias. Menos ainda se prende ao prazer de usar um tipo de método diferente. Nunca é demais lembrar que as gratificações que geralmente são associadas a um certo tipo de vanguardismo teórico são efêmeras e a moda e a glória de há muito deixaram para trás as "análises de discurso".

O problema com que nos defrontávamos era de natureza completamente distinta. Um certo número de pesquisas realizadas por um grupo de pesquisadores em torno das transformações da plantation e do funcionamento da "economia camponesa", de um lado, e das estratégias de sobrevivência dos chamados "estratos de baixa renda" urbanos encontrava, sem que esse fosse o foco de sua problemática, com os problemas e processos que os economistas e os cientistas sociais em geral descreviam e analisavam em termos de "migração" e "emprego". Os primeiros trabalhos resultantes dessas pesquisas forneceram algumas formulações certamente em função do próprio deslocamento que o "olhar" de uma outra disciplina impôs aos temas considerados "originais" para o entendimento daqueles processos e problemas. O Projeto de Pesquisa de que este ensaio é um dos resultados foi exatamente uma tentativa de incorporar mais sistematicamente a um trabalho de investigação de longo prazo a preocupação com aqueles dois temas (de separação difícil aliás, como o mostra a própria literatura), a partir de resultados anteriores de pesquisa. Se o Projeto, no que diz respeito ao seu foco principal, afastava-se de boa parte das formulações correntes e procurava trabalhar com conceitos pertinentes aos objetivos de longo prazo que orientavam, no que diz respeito a migração e emprego ainda que realizasse ou sugerisse certos deslocamentos na problemática corrente, mantinha o mesmo estoque de conceitos de qualquer trabalho sobre aqueles temas. Além disso suas hipóteses mantinham os mesmos delineamentos básicos e pressupostos dos trabalhos a que tivemos acesso.

Evidentemente que acompanhar o delineamento básico de outros trabalhos não traz, em si, nenhum problema. Ao contrário, pode mesmo gerar uma certa euforia de que estamos no "caminho certo" e até sugerir a profissionais de uma disciplina que não se conforma com as suas continuidades uma perspectiva de acumulação que fascina ou pelo menos tranquiliza os que sonham com uma ciência como um corpus de concei

tos, regras ou teorias. O problema surge quando se constata que aquilo que juntamos como um conjunto de fenômenos de mesma natureza são pensados, mas, note bene, não apenas pensados, também vividos e "administrados", como movimentos radicalmente diversos pelos agentes sociais a quem atribuímos a qualidade de objeto e suporte dos conceitos que construímos. A revisão do material de campo de pesquisas anteriores e o material colhido nas primeiras experiências de campo do Projeto indicavam que, sem que o céu ou os conceitos caíssem sobre suas cabeças, os indivíduos ou grupos sociais com quem entrávamos em contato dissociavam por completo as "migrações sazonais" do chefe da família (ou de qualquer de seus membros), das "migrações" (definitivas?) para o sul do país de algum dos filhos, da "migração" que teria sido definitiva mas não o foi de toda a família num determinado momento de sua existência, etc.; ao mesmo tempo em que vinculavam esses movimentos a outros movimentos tendo ou não uma "expressão espacial" própria: procura de trabalho, morte de membros da família, casamento e constituição de novos grupos domésticos, etc. Juntar aqueles movimentos numa "contabilidade" única parecia-lhes algo sem sentido.

Por outro lado, não era sem consequências para as formulações que esboçávamos em torno de tópicos como o funcionamento da plantation e da unidade econômica camponesa manter intactas as modalidades de concepção das "migrações". As concepções correntes de "migração" e "emprego" remetem a concepções que negam qualquer especificidade às suas formas. A própria idéia de um conjunto de conceitos e hipóteses "universais" para pensar a "migração" onde quer que ela exista e sob que forma se manifeste, além de ir contra os resultados de pesquisa que vínhamos formulando e que reforçavam a idéia de uma especificidade irreduzível de algumas das formas sociais que estávamos analisando, contrariavam um princípio que, parece-nos, só ele justificaria uma investigação dos "movimentos de população" propriamente sociológica, isto é, capaz de atribuir-lhes sentido, relacionando-os a outros processos sociais: o princípio de que a cada forma econômica da sociedade correspondem "leis de população" próprias.

Um terceiro ponto a ser assinalado eram as lacunas bibliográficas de quem chegou às migrações, não por um simples movimento de espírito, mas através do terreno acidentado de uma prática de pesquisa concreta. Arriscávamo-nos, na melhor das hipóteses a estar abrindo caminhos já abertos.

Essas razões levaram-nos a empreender um extenso levantamento bibliográfico (apresentado em outro volume deste relatório) e a tentar uma apropriação, também a mais extensiva possível, da literatura

existente sobre os temas migração e emprego (1).

* * *

O caminho tido como normal para apropriação por uma pesquisa da literatura existente sobre seu tema é tomar como ponto de partida as bibliografias existentes e particularmente aquelas comentadas. O encontro de artigos ou livros que, além de listar e comentar, hierarquizam a "produção existente" e mesmo se permitem algum tipo de crítica — por comodidade, vamos chamá-los "resenhas de avaliação" ou simplesmente "resenhas" — é tido como um "achado" que facilita extremamente o cumprimento de uma fase da pesquisa que, sintomaticamente, é considerada como "preparatória" (2). Inversa e complementarmente, se se trata de uma "pesquisa bibliográfica", a resenha aparece como a forma normal e desejável — o modelo — do que deve ser produzido.

Se enfocarmos estas resenhas com um olhar diferente daquele de seus próprios resenhadores — insinuado na própria forma de síntese, que é comum às resenhas, como sendo o "olhar da ciência" — percebemos algumas regularidades que talvez nos digam alguma coisa sobre esse tipo de trabalho. Propondo-se como sínteses, acabam sendo sínteses de uma maneira de abordar a literatura que é a mesma dos textos que abordam. Por outro lado, as fronteiras entre as resenhas de avaliação e as simples resenhas ou os artigos e livros que, procurando situar-se, antes mesmo da interferência dos resenhadores, dentro de "tradições teóricas" pré-existentes, contêm resenhas, nem sempre são muito nítidas. A fórmula resenha de avaliação é pois simplesmente indicativa — e como tal vamos tratá-la — de uma maneira mais ampla de fazer apelo à literatura, de que ela é uma espécie de "modelo" se não "dominante", pelo menos "ideal".

As resenhas de avaliação trabalham com a produção referente a um período de tempo determinado, geralmente "os últimos anos". Qualquer ida além desses limites se faz segundo a modalidade do "histórico dos estudos sobre migração" ou dos "antecedentes" ou ainda da busca dos "clássicos" (Ver, por exemplo, Pastore, 1969). Não cabe aqui discutir os "cortes" propostos nem sua pertinência. Valeria a pena lembrar, todavia, que ninguém em 1975, por exemplo faz uma resenha do que foi feito sobre migração entre 1936 e 1942. A resenha, mesmo a que vai "até o passado", é indissociável da "atualidade" e da "novidade". Essa associação representa um primeiro princípio de seleção e ordenação do que vai ser resenhado. "Our appraisal of current migration theories and theory building research activity — dizem Mangalam e Schwarzweiler, para darmos apenas um exemplo — is based upon a sys

tematic research of the contemporary migration literature, i.e. since 1955 ..." (Mangalam and Schwarzweller, 1968:5).

As resenhas mais completas serão consideradas aquelas que cubram maior quantidade de textos no período dado. Por esse primeiro princípio pouco importa a qualidade do texto ou de que "tipo" de texto se trate, mesmo que isto jamais seja reconhecido explicitamente. Se consta em alguma lista já feita, se consta de alguma outra resenha, se porta no título "migração" ou termo conexo, ou se não o porta mas é de conhecimento do autor da resenha, tem credenciais para ser incluído (cf. por exemplo: Mangalam e Schwarzweller, 1968:5, especialmente nota 6). Não é estranho, portanto, que se multipliquem as queixas sobre as "falhas" e "ausências" das resenhas "anteriores" — necessariamente "incompletas"; senão o que seria da necessidade de "novas" resenhas? A veemência de Butterworth (Butterworth, 1971:85) é sintomática: "Sin embargo, las investigaciones empíricas y la formulación de hipótesis comprobables han sido impedidas por una falta general de conocimiento de lo que se sabe ya sobre la migración rural a lo urbano en America Latina y que tareas aún necesitan ser realizadas". (3) Também pouco é estranho que todas as resenhas apelem para a necessidade da "totalização" e queixem-se do caráter ainda "fragmentário" dos artigos resenhados, como que afirmando, junto com o "primado da totalidade" — totalidade concebida, apesar das ressalvas feitas neste mesmo sentido pelos autores com um pouco mais de refinamento teórico, como uma agregação das partes que estão sendo objeto de estudo — a necessidade de sua própria existência.

Mas aqui já estamos diante de um outro princípio organizador das resenhas: o "princípio de síntese". Para que a resenha seja algo mais do que uma simples resenha, é preciso que ela "sintetize" e dê vida aos textos resenhados (sob esse aspecto o resenhador de textos "científicos" não está muito distante do crítico literário e não está menos exposto que este seu colega às pressões do "como fazer"). Para que possa "dar vida nova" aos textos resenhados é preciso que ele mostre a exclusividade de seu dom, negando-o aos concorrentes, através do estabelecimento de distinções como aquela entre as "meras resenhas" e a resenha que, "de fato" sintetiza a produção apresentada e — o que não exclui o anterior, pelo contrário, geralmente estão associados — pelo acionamento da "crítica".

Mas o caráter de "síntese" da resenha não pode comprometer o seu lado de "informação" sem o que a resenha perderia a sua própria identidade "social" e, portanto, sua razão de existir. A resenha é, pois, antes de mais nada, uma apresentação de resultados. O processo mesmo de produção desses resultados não vem ao caso. (4) Uma compara

ção entre a bibliografia e a modalidade de citação de um texto considerado pelas resenhas como "maior" e aquelas do próprio artigo-resenha possivelmente marcaria a distância entre a manipulação de resultados e uma utilização diferente de "resultados", senão mesmo uma concepção diferente do que sejam os resultados do trabalho científico. Mas, se as resenhas aparecem como síntese de resultados, o que autorizaria a síntese de resultados que podem remeter a diferentes maneiras de fazer ou mesmo a objetos distintos? A resposta será dada pelo achatamento dos resultados como "resultados" e por uma inversão (provisória) da hierarquia de autores e textos que pré-existe à própria resenha. Para os objetivos de síntese, "textos menores" (outras resenhas incluídas) têm a vantagem de facilitar um tal achatamento (aí as coisas são mais "claras") e cobrir as lacunas deixadas pelos "textos maiores" (no seu aristocrático desprezo pelos temas menos nobres), lacunas que devem ser preenchidas para garantir a imagem de uma ciência com contornos definidos (os críticos diriam "acabada") e sem desconitualidades, considerada necessária à própria propedêutica dessa ciência e, portanto, a sua própria reprodução. Prestando esse serviço às resenhas, os "textos menores" vêm surgir sua oportunidade de serem transformados (por ubiquidade) em textos maiores (pelo menos aos olhos do "público menor"), uma vez que aos resenhadores é vital esconder (inclusive de seus próprios olhos) a verdadeira natureza de sua operação, operação onde está em jogo também sua própria sorte, sobretudo quando se trata de resenhadores "menores", para quem, na possibilidade (ou na ilusão) da resenha se coloca sua própria oportunidade dentro da comunidade intelectual (5). Mas uma tal "inversão" não compromete o lugar dos "textos maiores" que serão cuidadosamente destacados pelos resenhadores como fontes ou matrizes em relação às quais se definem as possibilidades abertas aos "textos menores" ou ainda não consagrados (6), cujo prestígio (que se confunde com a possibilidade de prestígio para seus autores) depende do tipo de proximidade a que nos referimos, não fazendo senão ratificar o prestígio indiscutível dos vizinhos privilegiados.

Procuramos adotar diante dos textos, pelos próprios objetivos que nos propúnhamos, uma perspectiva diferente daquela dos resenhadores. Nesse sentido, para bem ou para mal, procuramos nos afastar dos padrões consagrados (e consagradores) da glosa, sob qualquer de suas formas. À acumulação fácil das sínteses integrativas, preferimos o risco da análise, mesmo que isso pudesse significar, em muitos casos, uma quantidade de "trabalho perdido". Para nós os volumes que tínhamos pela frente nos interessavam menos como media para atingir alguma coisa que supostamente revelariam, do que como informação eles pró

prios de sua posição e de seu peso no campo intelectual e como representação, não do que supunham representar, mas das relações sociais dentro das quais eram aceitos como meios de informação. Antes de serem instrumentos, que é o status que lhe é atribuído oficialmente no campo de produção intelectual, colocavam-se para nós como uma matéria-prima a ser trabalhada, tal como são trabalhadas as formulações do informante de campo do antropólogo ou os "emblemas" de uma determinada cultura que lhe são revelados pela observação direta.

Assim procedendo, não fazíamos senão dar continuidade ao trabalho que realizamos nas bibliotecas (por outra parte, só isolável da análise da categoria, para efeitos de exposição), marcado por uma preocupação constante de considerar as relações sociais em jogo no decorrer do levantamento dentro da própria equipe de pesquisadores e entre pesquisadores e funcionários responsáveis pela classificação e ordenação do material catalogado, bem como de identificar os princípios classificatórios ali vigentes efetivamente que, como pudemos verificar, nem sempre coincidiam com aqueles enunciados nos manuais de biblioteconomia, mas que, em boa parte, atenderiam a determinações do próprio mercado de bens simbólicos.

Procurar colocar-se diante dos "produtos culturais" da própria sociedade como o antropólogo diante de uma sociedade "estranha" implica esvaziar aqueles produtos da conotação mágica com que geralmente são pensados e recordar uma obviedade, que talvez por isso mesmo, é constantemente esquecida no baú das petições de princípios: os produtores intelectuais não produzem, como nos faz crer uma certa ideologia espontânea do mundo intelectual, fora dos quadros sociais de sua produção. Não há nenhum privilégio da produção intelectual com relação a outras produções, a autonomia material (que faz falta a outros produtores) podendo esconder uma submissão ideal (no duplo sentido que o qualificativo ideal nos sugere) (Bourdieu, 1967). Assim, quando falamos em categorias, ou numa forma um tanto bárbara de "categorias de pensamento intelectuais", não nos estamos referindo aos conceitos com que querem operar os autores, ancorados nas teorias que adotam. As categorias podem coincidir com os conceitos, mas também podem estar além ou aquém deles. A apropriação explícita de uma categoria vivida por esses autores para a composição das teorias que concebem é uma indicação importante sobre o peso de uma categoria e sobre o modo de produzir conceitos e teorias próprio a um campo intelectual determinado, mas de forma alguma nos autorizam a confundir as duas coisas.

Uma tal postura tem também os seus riscos, o primeiro dos quais é estabelecer, ingenuamente, uma equivalência entre as duas "socieda

des" sem levar em conta as diferenças de estrutura social e, pois, o peso funcional diferencial de certos conjuntos de relações em uma e outra (Bourdieu, 1967). O perigo é tanto maior quanto, pelo nosso próprio objeto de estudo, não estamos diante de "categorias de pensamento" no sentido forte mas diante do que poderíamos chamar, acompanhando a própria metáfora de Durkheim, de ossos secundários da "ossatura de inteligência" (Durkheim, 1968:13) ou, em alguns casos de "ossos" ainda em formação. Mas esse caráter menos nobre das "categorias" com que estamos lidando não impede que esses conjuntos de temas e significados funcione como uma espécie de "camisa de força" ou de um véu que se interpõe entre o observador e o que se está querendo observar e — mais do que isso — como uma espécie de atribuidor do lugar onde devem ser pensados os problemas "reais".

* * *

Uma estratégia para o estudo das "categorias de pensamento intelectuais" só pode ser estabelecida a partir da própria maneira como os "temas" que fazem viver tais categorias se perfilam no campo intelectual em que vive o pesquisador. Não há como ignorar uma tal determinação. Escamoteá-la conduz o pesquisador necessariamente a, vivendo a ilusão da "criatividade", que é a ilusão daquele que acha que não vive "ilusões" e tem medo de "viver de ilusões", e achando que depende dele a escolha da maneira de abordar o tema de sua escolha, repor os pressupostos da modalidade como é pensado um tema por sua "época" que se insinuam necessariamente nas modalidades espontâneas (embora não apenas aí) de por os problemas.

As categorias através das quais é pensado o tema "migração" (e a categoria migração é apenas uma delas) se dispõem de um modo bem distinto daquelas referidas ao tema "emprego" que também foi objeto do levantamento feito. No caso de "emprego" há um debate central explícito que dispõe os vários autores como antagonistas ou aliados, que estabelece questões básicas que devem constituir-se em referências obrigatórias. Pontos de discórdia explicitamente estabelecidos revelam um consenso sobre o que deva ser o discenso nessa matéria e fazem com que as proposições contidas na literatura mostrem desde o início o seu caráter relacional (ainda que possam apontar para relações que não sejam aquelas que efetivamente suportam o debate).

No caso de "migração" há, sem dúvida, debates. Um bom exemplo, são as discussões sobre as restrições à imigração em fins da década de 30 no Brasil, uma boa amostra das quais pode ser encontrada na Revista de Imigração e Colonização. Mas estas são, antes de tudo, dis

Revista de Imigração e Colonização

cussões políticas, ^{que se travam dentro do próprio aparelho estatal,} segundo outras regras que aquelas que presidem as clivagens dentro do campo intelectual, mesmo que alguns dos mais reconhecidos "expoentes" do mundo intelectual sejam chamados a pronunciar-se por uma das posições. Quanto aos debates propriamente intelectuais (o que não quer dizer sem implicações políticas), como o eterno debate sobre as causas e consequências da migração ou aquele outro sobre a integração ou não do migrante rural em meio urbano, o que encontramos é uma dispersão completa (tanto na literatura brasileira como na estrangeira), cuja lógica, pareceu-nos só poderia ser percebida se começássemos por inventariar e articular as próprias categorias através das quais são pensadas aquelas questões.

Este trabalho faz parte de uma tentativa de "situar" a produção disponível sobre o tema "migração", portanto de perceber os seus limites. . O trabalho com as categorias é um primeiro passo, ainda que um passo indispensável. Não apenas pelo que visa na literatura analisada (que nada tem a ver com a "avaliação" necessariamente moralizante, que faz a "crítica"), mas como um exercício de relativização de nossas próprias categorias que não são outras que as da literatura analisada.

Mas, mesmo enquanto uma simples análise de categorias, este trabalho não se pretende exaustivo e rigoroso o suficiente. As vicissitudes normais de um trabalho de pesquisa, os problemas de continuidade de que se colocam para qualquer trabalho de equipe, agravados pelos compromissos em outras frentes do Projeto, fizeram com que limitássemos nosso objeto àquelas categorias cujo referencial é o próprio movimento que designamos correntemente como migração. Deixamos de lado, levando-as em conta apenas na medida do necessário à análise empreendida, aquelas categorias que não pareciam ter uma posição central em termos de migração, bem como aquelas que funcionam como operadores do discurso que veicula migração ou equivalentes. Em segundo lugar, os problemas apontados levaram-nos a deixar este trabalho (provisoriamente, esperamos) como um ensaio (nas duas acepções do termo), uma primeira incursão em um campo que permanecia intocado, e não como um conjunto de proposições demonstradas, em que pese o rigor que se tentou conduzir a pesquisa em todas as suas fases.

Notas

- (1) O levantamento inicial da literatura referente aos dois temas foi comum. Mas, por razões não apenas operacionais a que nos re

ferimos mais adiante, o tratamento do material foi feito separadamente para cada um dos temas, constituindo-se dois grupos de trabalho distintos. Aqui trataremos tão somente das migrações.

- (2) Neste sentido, "migração" seria um tema privilegiado, pois as bibliografias aparecem em profusão e as resenhas não são poucas, mesmo que seus autores — talvez para reafirmar a importância do "gênero" (e a sua própria) — sejam unânimes nas queixas sobre "a falta de conhecimento do que se sabe..." ou sobre a falta de um balanço sobre "o estado atual da ciência" no que concerne o tema que elegeram.
- (3) Se ao leitor ainda restar alguma dúvida sobre qual a primeira das tarefas, basta ler o que se segue: "El propósito de este trabajo es revisar y criticar algunos de los descubrimientos de sociólogos y antropólogos que trabajar en problemas de migración rural-urbana en America Latina com el fin de ayudar a guiar futuras investigaciones en esta área." (Grifos nossos). O toque de modéstia dado pelo algunos e pelo ayudar não são suficientes para esconder a seriedade com que os resenhadores encaram a sua missão.
- (4) Mesmo as resenhas com uma "intenção metodológica" explícita, como é o caso daquele de Mangalam e Schwarzweller, não fogem à regra, os métodos a que se referem remetendo não às modalidades e fetivas como teoria é "investida" nos textos analisados mas sim às imagens estereotipadas da teoria e do método, dessas que costumavam frequentar os nossos manuais de sociologia.
- (5) Não seria descabida uma comparação com o que Luc Boltanski (Boltanski e Maldidier, 1970) diz a propósito da vulgarização científica, que se coloca diferencialmente para o principiante para quem representa o melhor caminho para o jornalismo científico e para o cientista consagrado para que, permitir-se uma produção de vulgarização funciona como melhor símbolo de sua própria consagração.
- (6) Uma dialética similar a essa que se estabelece entre "textos maiores" e "textos menores" e "autores maiores" e "autores menores" é aquela identificada por Alfredo Wagner Berno de Almeida (Almeida, 1974) entre os "críticos literários" brasileiros na década de 30 e os textos dos autores que classificam (classificando, por extensão, os próprios autores) como "novos" e "veteranos". Seria pertinente também aqui uma aproximação entre os resenhadores e os "classificadores" de que nos fala o mesmo autor (Almeida, 1975).

DA IMIGRAÇÃO À MIGRAÇÃO: A BUSCA DA TEORIA

Imigração/Emigração: Uma Prê-História

Se o termo migração sempre frequentou os dicionários, e entre eles os de língua portuguesa (como o atesta o Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa de 1881, que parece ser uma espécie de matriz daqueles com que estamos familiarizados), o mesmo não poderia ser afirmado com relação aos textos de ciências sociais. Uma obra tão importante para o estudo das migrações quanto o Polish Peasant (1918) não contém uma só vez o termo e na literatura brasileira de ciências sociais, à medida que recuamos no tempo, suas aparições se tornam mais raras (1).

As migrações entre países, e mesmo dentro de um país determinado, foram durante muito tempo pensadas em termos de um ponto de origem ou de chegada: emigração (nacional ou estrangeira) e imigração (nacional e estrangeira). Essas categorias e as formas correlatas emigrado, emigrante, imigrante, esgotavam-se por assim dizer, em si mesmas, não sendo geradoras de conceitos derivados, como iria ocorrer com migração mais adiante. Ainda que certas sutilezas possam ser reveladas pela análise de categorias para além das simples diferenças gramaticais, entre termos como emigrante, que terá seu caráter voluntário muitas vezes posto em destaque pelos próprios dicionários e emigrado, a quem os azares da política europeia do século XIX e do 1º quarto do século XX iriam atribuir uma conotação política indiscutível, a eficácia desses conceitos encerrava-se no apontar para os objetos que estavam querendo descrever. Se hoje talvez possamos falar de uma teoria da migração, faltava lugar para uma teoria da imigração e da emigração. Não que tais termos estivessem desprovidos de sentido teórico. O que estamos dizendo é que, em quanto conceitos (e eram mais do que conceitos), estavam referidos a uma teoria que se colocava "mais adiante". Isso aparece claramente no Polish Peasant, onde Thomas e Znaniecki nos indicam que a imigração era o lugar onde se pensava o problema da assimilação individual (2). Se as tipologias geradas por migração são sempre tipologias da migração, as tipologias que têm lugar no caso de imigração/emigração são sempre tipologias das áreas de imigração e emigração (3). Não será casual a preocupação dos autores que se referem à imigração e à emigração com as causas e consequências das imigrações e das emigrações no que diz respeito aos países ou regiões de chegada ou de saída (4). Neste caso, se a emigração/imigração estiver sendo pensada no terreno que lhe é definido como próprio, (5), as entradas ou saídas de um país, as preocupações maiores serão com as causas de emigração e com as consequências da imigração, lugar privilegiado de todos os "racismos". O debate sobre as vantagens e desvantagens da imigração e dos "imigrantes estrangeiros" que,

em países como os Estados Unidos da América do Norte e o Brasil, vão polarizar por pelo menos meio século opiniões políticas e a própria produção intelectual, vão fazer viver uma xenofobia terminológica que é reveladora do campo em que vivem as categorias imigração/imigrante: "importação de imigrantes", "imigrantes estrangeiros", quando se assume uma posição contra a imigração; "imigrante europeu" quando se defende a imigração. Se a emigração/imigração estiver sendo utilizada fora de seu terreno próprio, i.e., para pensar movimentos de pessoas e grupos dentro de marcos nacionais, as coisas se alteram, mas o mesmo "racismo" se fará presente. Os que são contra a "imigração estrangeira", continuarão a louvar o trabalhador nacional. Os favoráveis à "migração estrangeira", oporão ao "imigrante europeu" o "imigrante nordestino" e, ao mesmo tempo que dirigem aos seus opositores os argumentos usados contra a imigração (i.e., a imigração estrangeira), cantarão as virtudes do homem do campo nacional, (6) chamando atenção para a sangria provocada pela emigração do campo para a cidade, que terá sua dimensão de catástrofe ou tragédia acentuada pelo acionamento do termo êxodo, que neutralizará o caráter individual que acompanha o termo emigrante. (7).

→ O lugar da teoria

Sintomático também, para voltar a Thomas e Znaniecki, é que, mesmo criticando as teorias da assimilação, esses autores não vão propor uma nova teoria de imigração, mas sim que os imigrantes sejam pensados como algo de diferente com relação às sociedades de origem e chegada, e, o que de fato vão fazer, é construir algo como uma teoria do campesinato, dentro da qual emigração e emigrantes, imigração e imigrantes serão pensados (8). É uma situação quase que inversa à dos críticos modernos das teorias de migração (Ver, por exemplo: Peterson, 1958; Lee, 1966; Mangalam e Schwarzweller, 1970; Wolpert, 1966), para quem a elaboração de uma "teoria de migração" é uma exigência de que não se pode abrir mão e, talvez por isso mesmo, um parâmetro para a avaliação da produção sobre migrações, da qual cobram sua não realização:

"Its our contention that, if contemporary sociological theories (i.e. general, systematic, behavioristic theories) were brought to bear on the study of migration phenomena, both the study of migration phenomena and the development of general sociological theory would be enhanced. To date, as our commentary on the state of migration theory attempts to make clear, the study of migration has not been an object of concern for our leading sociological

theorists, nor has the enormous mass of findings produced by researchers in the field been incorporated into the evolving body of general theory. As a consequence, our current knowledge about migration tends to be fragmentary, noncumulative, and nonsociological. For those of us engaged in migration research, the exigencies for general theory in the study of migration are obvious". (Man^galam and Schwarz^weller, 1968:170).

Neutralidade e Naturalidade

A migração vai entrar em cena como uma espécie de termo "neutro", de continente que abrigue imigração e emigração, a "neutralidade" gramatical como que garantindo sua neutralidade social. Uma tal neutralidade será ainda reforçada pela "existência" anterior da migração em ciências que, pelo seu próprio objeto, são reconhecidas pelo senso comum (a começar pelo próprio senso comum envergonhado das ciências sociais) como ciências que são "naturalmente" ciências, a "história natural" ou a zoologia (a migração de pássaros é sempre, nos dicionários, o primeiro, quando não o único, significado acionado, logo a seguir do significado usual, para migração). Ainda que emigração e mais raramente ainda, imigração, seja umas poucas vezes, objeto de referência às "ciências naturais", não há equiparação possível. Ao contrário, o que encontramos em alguns casos é a referência direta e, algumas vezes explícita, ao seu significado em "sociologia" (9).

Mas, por essa "existência" anterior mesmo, aquele termo "neutro", mais do que aquilo que poderíamos, numa fórmula paradoxal, chamar o "bias da neutralidade" - uma espécie de fachada legitimante e por isso eficaz - traz com ela o "bias da naturalidade" que o institui como uma espécie de instância última e, portanto, explicativa de todas as demais, mas não explicável ela própria (10). Não haveria nada mais eloquente a esse respeito do que o contraste entre as definições tautológicas da migração que nos fornecem os autores e a quase extrema alteridade que vamos encontrar na relação entre imigração e seus significados (11).

Aqui como em outras circunstâncias, a criatura vai destruir o criador. De termo "neutro", puramente designativo do fundo comum de um conjunto de "conceitos", migração transforma-se numa espécie de vértice para onde devem convergir todos os conceitos. Os velhos conceitos marcados pelo etnocentrismo, senão mesmo pelo racismo, devem ceder lugar a conceitos que partilhem da mesma natureza (e da mesma pure

za, não mais etimológica, mas epistemológica) dessa espécie de conceito -matriz (12). O confronto dos significados dos conceitos derivados de migração como migração interna e migração rural-urbana, com os significados de imigração, assinalam bem essa ruptura: se os primeiros contêm necessariamente na sua enunciação o próprio termo "migração", como que a nos lembrar que não são mais que a sua simples atualização, na imigração, em que pese o seu parentesco etimológico evidente, só em casos muito especiais conterà migração ou enunciação de seus significados .

MIGRAÇÃO RURAL-URBANA	IMIGRAÇÃO
= <u>migração</u>	
= <u>migração</u> rural-urbana	
= <u>migração</u> direta	
= <u>migração</u> por estágios	
= <u>migração</u> dispersa	
= <u>mudança</u> sócio-econômica	
= tipo de <u>migração</u> interna	
= tipo de <u>migração</u>	= tipo de migração
= elemento de um sistema de mobilidade	
= tipo de movimento	= movimento pacífico entre países
	= fator de pressões sobre oportunidades de emprego
	= (ganho de capital humano)
	= (ganho de seres humanos) (13)

Ao invés de privilegiar um ponto de partida ou chegada, como nas formas prefixadas e pré-fixadas imigração/emigração, por que não considerar o "processo todo", como os críticos ainda hoje têm o zelo de nos lembrar, como que a denunciar infiltrações dessa espécie de pré-história que é constituída por emigração/imigração no campo de domínio da migração? (14). Ao invés de ver a árvore, por que não olhar para a floresta? Ao invés de privilegiar uma direção - "IMIGRAR, v. rel. Entrar (em país estrangeiro) para viver nele (Antônimo: emigrar)" (Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa) - por que não reconhecer que é apenas uma das direções? (15) Onde se lia imigração, leia-se migração interna. Onde se lia emigração, leia-se migração externa.

Novo Objeto, Novas Questões

Não, evidentemente que aqueles conceitos coincidam - senão para que a substituição? Trata-se antes de um mesmo espaço ocupado. Mal ocupado antes (distorcido), Bem ocupado (com justeza) agora. Tanto mais bem ocupado quanto o próprio "espaço" é redesenhado e ampliado: o que antes só era pensado a partir de um ponto a ou b (como "entra da em" ou "saídas de") passa a ser pensado como o próprio objeto de análise, de que a e b fazem parte como pontos de partida e chegada. Esse novo recorte de um objeto, antes de ser dado por uma qualquer teoria da migração, aparece como uma contrainte imposta pela própria categoria que determina, com a força de um modelo gramatical as questões que lhe podem ser dirigidas e, através dela, aos objetos sociais que pretende representar.

A questão primeira, a ser respondida, como se antes de poder-se estabelecer (ou restabelecer) a ordem gramatical, (o sujeito tendo a primeira cena), a migração tivesse que render suas homenagens a suas antecessoras imigração e emigração (que não existem por elas sões mas apenas em função da existência de estados nacionais), é de onde para onde se dá a migração, que particulariza os pontos entre os quais o corre o movimento, ao mesmo tempo que lhe atribui uma direção. Falar de migração vai, pois significar em primeira instância falar de a migração "da agricultura para outra atividades" (Hathaway, 1960), "do emprego agrícola para o não agrícola" (idem), "de um local de residência para outro local de residência" (Wakeley, 1961), "de áreas não metropolitanas para áreas não metropolitanas" (Weller, 1971), ou, mais correntemente, empregando as fórmulas que se tornaram moeda corrente e que dispensam, por óbvias, as preposições, falar de: "migração rural-urbana"; "migração rural-rural", etc. (16).

Se essas fórmulas já são suficientes para nos lembrar que boa parte das tipologias de migração estão calcadas sobre essa questão, é preciso lembrar que essas tipologias não são, como muitas vezes se tenta fazer crer, um privilégio ou um desvio próprio dos geógrafos ou de escolas sociológicas ou econômicas que privilegiam a dimensão espacial dos fenômenos sociais, como seria o caso da Escola de Chicago, decisiva nos estudos modernos sobre migrações. Tais tipologias são tão difundidas quanto a própria questão que lhes serve de suporte e são uma espécie de decorrência natural da própria concepção do senso comum das ciências sociais no que diz respeito a migrações. Mesmo as tentativas mais radicais de romper com o que seria uma concepção espacial das migrações, como aquelas que tentariam substituir como polos do movimento a idéia de áreas geográficas pela idéia de setores de atividades, ao não substituírem simultaneamente o termo

migração ou um dos seus equivalentes da moda (deslocamento, transferência...), reintroduzem essa dimensão espacial, isto é, o privilégio a cordado, numa transferência de "populações" de um setor para outro, ao deslocamento espacial que necessariamente o acompanha, como, aliás, a praticamente todas as atividades humanas. Mas o peso dessa questão, cuja banalidade tende a obscurecer a operação (de conhecimento e social) que está em jogo, aparece claramente no contraste com imigração/emigração. Como já assinalamos os pontos de origem ou de chegada também são objeto de tipologias nos textos que operam com as categorias imigração e emigração. Mas as tipologias que se estabelecem são tipologias das áreas que estas sim serão classificadas em função da emigração e da imigração. No caso da migração, as tipologias são do próprio movimento, o ponto de partida e de chegada atribuindo-lhes uma direção sem a qual esse movimento não teria sentido ou, mesmo seria impensável.

Migração, Migração Interna, Migrante, a Monotonia do Conceito

O objetivismo que faz da questão dos pontos de partida e chegada e da direção da migração a primeira das questões que se deve colocar qualquer tentativa de pensar as migrações e da questão da identificação e mensuração dos fluxos migratórios o problema de pesquisa por excelência atrai, o seu irmão inimigo, o subjetivismo, ao introduzir a questão quem migra? Não que o reconhecimento de atores num processo social implique necessariamente em subjetivismo, mas sim pela própria maneira como a questão é formulada. Antes de estar em jogo o reconhecimento de um processo social, está em jogo a necessidade gramatical de reconhecer-se um sujeito para um verbo que pede sujeito. É a própria concepção de bom senso e de objetividade dos autores (que supõe uma quase identidade entre os dois) que impõe a questão e, portanto, os limites das respostas que lhe podem ser dadas. Não é por acaso que historiadores da sociologia das migrações, como Duchac, vão pensar a história dessa sociologia como uma espécie de alternância ou de um esquema de oposições e sínteses sucessivas entre um objetivismo "geográfico" e um "culturalismo" preocupado com as motivações dos migrantes, por mais que haja evidências da importância atribuída à cultura pelos supostos representantes do objetivismo (17).

Para responder à questão quem migra, dentro da mesma lógica gramatical, a migração nos oferece uma resposta pronta: o migrante (18).

Mas, antes de ser uma resposta, a resposta pronta é o lugar de uma nova questão: quem é o migrante? (19). As respostas a essa nova questão vão ser buscadas seja em certas características "naturais" de toda população, de que sexo e idade são o exemplo por excelência, (migram os "adultos solteiros", migram "os jovens", "as mulheres migram

mais do que os "homens") seja a posição relativa do migrante no local de partida (migram "os mais capazes", migram "os mais educados", migram "os mais pobres") ou face ao próprio processo migratório (migram "os que têm familiares que já migraram"). Mas as evidências apresentadas em favor de qualquer das respostas e a necessidade de assegurar a coexistência de hipóteses comprovadas em estudos empíricos parciais conduzem os autores, como bons cientistas, a introduzirem novas variáveis que respondem pelas discrepâncias. Curiosamente, as variáveis novas são introduzidas por uma reaplicação da velha questão de onde para onde? migram as mulheres, os adultos solteiros ou quem quer que seja, como um passo necessário para que se introduzam outras variáveis, como aquelas que se vinculam às motivações dos migrantes. Mas essa démarche que reintroduz ad infinitum as mesmas questões sugeridas pelo senso comum com as pequenas alterações de bom senso está duplamente marcada. Primeiramente porque a grille das variáveis "naturais" é suficientemente generosa para deixar um "resíduo" por explicar capaz de induzir o pesquisador a formular novas pesquisas acompanhando os mesmos pressupostos das anteriores. Se migram os "adultos solteiros", nem todos os adultos solteiros migram. Se migram os "adultos solteiros da região X por estarem submetidos aos problemas Y", nem todos os adultos solteiros da região Y migram etc... Em segundo lugar, porque migrante já entra em cena marcado pela presença anterior da migração. Não é por acaso que migrante é acionado no discurso sobre a migração num contexto em que está em jogo o ponto de chegada (20). Ao procederem assim os autores nada mais estão fazendo do que dar curso aquele tipo de senso comum gramatical que preside ao discurso do senso comum e, ipso facto, ao discurso sobre a imagem de migração do senso comum.

O migrante não existe no local de origem; é preciso que ele tenha saído desse local de origem para que possa ser definido como um migrante. Mas por outro lado, é preciso que haja alguma "distância" entre esse migrante e o seu ponto de chegada para que ele possa ser pensado como um migrante. Se não, já realizado o movimento que supostamente lhe atribui identidade o que sobraria do migrante? E sem o migrante, o que seria da migração? O fato é que o migrante é percebido face ao local de chegada - e aqui parece haver uma coincidência quase perfeita entre as classificações dos sociólogos das "minorias" e as das "maiorias silenciosas" - como um "de fora", um "marginal", um "desenraizado" ou como alguém "em trânsito", "não participante", etc... Os autores pensam o migrante em termos de ausência de atributos positivos, definindo-o por contraste. Isso fica particularmente claro no caso da migração rural-urbana, onde a distinção entre ponto de partida e ponto de chegada se mostra com a nitidez de uma distinção ontológica. São os atributos do cidadão que estão em jogo quando os migrantes são vistos ocupan

do "os níveis ocupacionais mais baixos nos centros urbanos" (Bock e Iutaka, 1969); ou como "grupos marginais e submarginais desempregados ou subempregados"; ou como estando "à margem das atividades produtivas". Ou ainda quando se afirma que "chegam a constituir verdadeiros 'quistos fechados' presos às formas de vida do meio rural"; ou que "caracterizam-se pela ausência de educação técnica"; ou que "carregam consigo os valores desse grupo (de origem)". É a própria oposição entre local de saída e de chegada que se reproduz nessa "distância" entre o migrante e o local de chegada, o migrante, por uma espécie de paradoxo irônico, transformando-se na própria encarnação do local de origem no local de chegada.

E essa espécie de tensão inerente ao próprio conceito de migrante, duplicada pelas tensões reais entre os que vêem os migrantes como motivo de tensões, atribuindo-lhes uma identidade e instituições capazes de inculcar-lhes uma tal identidade, e os interesses efetivos daqueles que passam a ser vistos como "migrantes", que põe a integração no centro de todas as questões que dizem respeito ao migrante no seu local de origem conceitual que é o ponto de chegada dos esquemas explicativos das migrações. Dependendo da "teoria do social" do autor, a integração será pensada em termos de "aculturação", "ressocialização", "adaptação", "assimilação", "ajustamento" do migrante (21) e as suas dificuldades serão atribuídas ao migrante ou ao local de chegada. (22) Mas, pouco importa a forma, é a questão integração ou não integração do migrante no local de chegada que é chamada a responder à questão quem é migrante? ou a sua variante a partir de que momento o migrante deixa de ser um migrante? Colocada inicialmente como uma questão operacional - como identificar o migrante para que se possa beneficiar das vantagens que o local de chegada tem para lhe oferecer ou para que possa ser alcançado pelas questões que o cientista social lhe deseja colocar - transforma-se rapidamente a pretexto das dificuldades de identificar com precisão o momento da integração no lugar de todo um debate sobre o tempo necessário ou conveniente para que o migrante deixe de ser um migrante (23). A absoluta indeterminação dos cortes que podem ser estabelecidos, faz desse debate o lugar ideal para que a operação social de reconhecimento da cidadania se faça acorde à conjuntura variável das lutas sociais (24).

Uma vez definido o migrante em termos do seu limite superior, manda a boa lógica que os autores se perguntem pelo seu limite inferior: a partir de que momento o migrante (definido pelo ponto de chegada) começa a ser um migrante? É essa questão que está na base do conceito de migrante potencial que, querendo evitar definições ex-post (do tipo "torna-se um migrante a partir do momento em que migrou"), vai indicar um cuidado em evitar-se indistincões perigosas, devolvendo, numa curiosa inversão, ao seu "meio de origem" aquele que ainda não migrou mas

que não é um não-migrante (25).

No ponto de partida, por uma espécie de princípio de inversão simétrica, é o migrante quem é valorizado, não o migrante efetivo, aquele que já completou o processo migratório, mas esse migrante ideal, porque inexistente, que é uma espécie de portador antecipado das virtudes do ponto de chegada sem compartilhar de suas vicissitudes (ou das vicissitudes que os migrantes efetivos lhe impõem), que é o migrante potencial.

O debate que se estabelece, já agora no ponto de partida, em torno de quem é o migrante, que não é mais do que uma atualização de um debate ideológico que atravessa toda a produção intelectual sobre migrações, mas não apenas ela, sobre as qualidades ou defeitos dos migrantes (ou dos que são considerados migrantes por cada grupo ou classe social específico), se ele volta a reafirmar tomadas de posição sobre problemas gerais da sociedade, como debate específico, é um falso debate. A exemplo do que vimos com a imigração, os pontos de referência dos conteúdos são diferentes: o lugar da desvalorização do migrante é o ponto de chegada; a desvalorização do migrante no ponto de partida, tirante as manifestações abertas dos grupos sociais que têm uma posição política definida contra as migrações, como ocorre, por exemplo com grandes proprietários rurais e seus porta-vozes oficiais, no caso de migrações para as cidades ou para áreas de fronteira em países como o Brasil, quando aparece, é uma interferência da problemática do migrante no ponto de chegada, que uma análise mais cuidadosa do texto pode revelar. A imagem do migrante potencial permanece incólume. Mas, por isso mesmo, permanece um fosso entre o migrante potencial, de um lado, e o migrante efetivo e o não-migrante do ponto de chegada (i.e., aquele para quem a possibilidade da migração não faz sentido). Esse fosso vai ser preenchido por uma reaplicação da oposição migrante-não migrante sobre o conceito de migrante potencial, sendo reconhecidos como migrantes apenas aqueles entre os migrantes potenciais considerados mais capazes (26). A coisa se passa como se, para sair da condição genérica de migrante, tendo a possibilidade de transformar-se em não-migrante no sentido forte, que o migrante potencial não tem, o migrante devesse atualizar a sua potencialidade, transformando-se em migrante strictu-sensu. Seria uma espécie de queda necessária para alcançar o paraíso que são aquelas genéricas "melhores condições de vida" que, como lembrado numa publicação especializada (International Migration Review, 1973), "can vary, extending for instance from a better paid employment to a change in and of status", o que é uma maneira menos apocalíptica de dizer que são poucas as portas e que menor ainda é o número dos escolhidos.

Mas esse deslocamento da problemática do migrante para o local de partida tem outras implicações. É ele que restabelece, a rigor, os direitos do sujeito gramatical, mesmo que isso possa significar, ao mesmo

tempo, um despojamento dos sujeitos sociais da migração. No ponto de chegada, o migrante era segundo em relação a migração e ao próprio local de chegada. A problemática da "integração" o colocava como uma espécie de paciente de uma ação cujo sujeito era a "vida urbana", a "economia urbana" ou a própria "integração". No local de partida, ao contrário, é a decisão de migrar que vai ser o critério por excelência para distinguir o migrante do não-migrante, como o mais capaz do menos capaz, o mais empreendedor do menos empreendedor, o mais inteligente do menos inteligente e assim por diante, ainda que estes privilégios nada mais sejam que uma espécie de pré-condição para a subsequente reafirmação da interioridade essencial do migrante face àquele outro não-migrante (o do ponto de chegada), por mais móvel que possa ser a fronteira que separar no tempo o migrante do não-migrante (Cf. nota 24 supra). É a decisão de migrar (pensada através da questão canônica "o que faz com que uns decidam migrar e outros não?") que comanda todas as questões que devem ser dirigidas ao migrante, agora mais do que nunca (mesmo entre aqueles, como os geógrafos e os demógrafos, mais propensos a ter uma visão objetivista dos processos sociais) tomado "automaticamente" como a incarnação da migração (27). Posta nessa posição, a decisão de migrar escapa a quaisquer determinações que não sejam de ordem operacional, as relações sociais objetivas que a sustentam sendo reduzidas, quando muito a uma espécie de pano de fundo (28).

A migração, a rigor, só vai se desvincular por completo de sua "pre-história" e os conceitos que pretende articular só atingirão a pureza exigida pelo projeto de constitui-la como centro de um corpo conceitual a partir do momento em que os seus próprios elementos constitutivos (as "questões" a que nos referimos antes) estejam previamente circunscritos por limites que afastem por completo a possibilidade de um retorno à prevalência, na análise dos "fenômenos migratórios", de algum dos polos, que é deixada em aberto pelo espaço linear que define a migração isoladamente. Esses limites serão, curiosamente, oferecidos por um conceito derivado de migração ou, mais precisamente, por uma categoria que, nas tentativas de definir formalmente a migração, aparece como um dos "tipos" de migração: migração interna.

Mas que limites são esses?

As Novas Fronteiras

O lugar possivelmente mais insuspeito para obtermos uma resposta serão os manuais, esses delimitadores de fronteiras que, ao contrário dos dicionários, onde os vários significados de uma mesma palavra vão estar acumulados como em um depósito, sua coexistência sendo tão neces

sãria quanto a coexistência das diferentes palavras que ali estão listadas (Bourdieu e Boltanski, 1975:26), vão tentar estabelecer cortes entre as utilizações que faz uma ciência de uma palavra e as utilizações do senso comum "Types of migration - afirma um deles - (Davis, 1970:588) - may be delineated in different ways according to the elements one cares to emphasize. Today, in an age of nationalism, the basic distinction is whether or not the migration involves the crossing of an international border. If it does not, it is called internal migration; if it does, it is called external migration." A tentativa de enfatizar a escolha de seu critério como um dos critérios possíveis ("may be delineated in different ways") e a tentativa de neutralizar o seu próprio critério (que reconhece como marcado por alguma coisa como um "espírito de época"), falando de "international border" e não de "national border", como se estivesse se colocando de um ponto acima de qualquer nação, nivelando a migração interna e a migração externa, não consegue escamotear a verdadeira natureza da operação, traída na menção primeira ao nacionalismo e na forma tortuosamente negativa que leva a internal migration a anteceder a external migration. Se o jogo de esconde-esconde pode acabar por ofuscar aquilo que se quer dizer sem que se saiba que se está querendo que seja dito (29), resta ao autor o argumento de fato: "The demographic importance of internal migration exceeds by far the importance of external migration. (...)" (30) que só restabelece o fundamental de sua argumentação: "... in age of nationalism, the basic distinction..." Toda a complicada operação de "neutralização" que o conceito de migração faz sofrer aos seus antecessores, que, sintomaticamente, só serão mantidos no novo vocabulário como uma espécie de instrumento de medida de fluxos migratórios (31) não faz senão restabelecer o mesmo velho marco político (nacional), transfigurando de um velho e caro comido marco numa fronteira perfeitamente delimitada, com alfândega e taxas, que nem todos podem transpor e que, por seus próprios atributos de nitidez, afirma-se como indiscutível. Ao invés da xenofobia chã dos conceitos (e preconceitos) e dos postos de imigração, a coincidência das fronteiras teóricas com as fronteiras nacionais. O preço da conquista desse "novo continente" para a "ciência" é a reificação de fronteiras "acidentais" (e por isso mesmo mais facilmente transponíveis), a "realidade" (natural) e a "teoria" (construída) passando a se adequar por definição, o preconceito (lugar de lutas políticas) sendo substituído pelo "conceito" (simultaneamente "instrumento com que" e "cenário onde" a "teoria" acerta contas com ela própria) (32) ainda que aquele conceito não faça senão restabelecer os limites políticos dentro dos quais qualquer movimento migratório vai ser "naturalmente" definido.

A esses novos limites vão ter que se cingir aqueles autores e obras (33) que designamos como "de transição" que se haviam acostumado

com a velha fronteira. Esse movimento "acomodação" será particularmente visível naquela faixa de obras que vão do dicionário ao manual, em especial nessa forma "mista" que é o dicionário de uma disciplina, (34) e que representam, por isso mesmo, um lugar privilegiado para a observação dos efeitos e implicações da reorientação de foco imposta por essa passagem do reino do preconceito ao domínio do conceito. Assim, Emílio Willems, no verbete "migração" por ele redigido no Dicionário de Sociologia por cuja primeira elaboração fora responsável (Dicionário de Sociologia Globo, p.224)- e onde, a par da ausência de termos que daí para frente acompanharão inelutavelmente migração, como migrante, ainda encontramos advertências ao leitor como aquela do verbete imigração "é impróprio o emprego do termo (imigração) com relação a movimentos migratórios dentro das mesmas fronteiras políticas" - ao mesmo tempo que reafirma aquela espécie de significado primeiro que, por evidente, faz com que migração não precise ser definido, "Deslocamento de indivíduos ou grupos no espaço geográfico", estabelece, no miolo mesmo da definição genérica de migração a migração interna, a quem, paradoxalmente ainda é negado o status de verbete independente:

"Migração - Deslocamento de indivíduo ou grupos no espaço geográfico. Migrações internas são aquelas que ocorrem dentro dos limites de uma sociedade politicamente organizada". (Grifos nossos).

Assim fazendo, junta àquela "primeira natureza" geográfica, a "segunda natureza" que são os limites da sociedade politicamente organizada, pondo a migração interna no lugar que lhe cabe na própria "invenção" da migração atribuindo, nesse espaço que é o senso comum intelectual que um dicionário de disciplina pretende (no primeiro movimento de um trabalho de sísifo) cristalizar, um caráter residual ao seu suposto simétrico migração externa.

Mas seria injusto limitar a inflexão que migração impõe ao campo conceitual, de que passa a ocupar o centro, a essa "nacionalização" da teoria. Davis não estava sendo tão tortuoso assim quando falava de "fronteiras internacionais" onde devia dizer "fronteira nacional". Esse "nacionalismo" é universal e, como tal, vai libertar o migrante (que tanto quanto sua irmã, a migração interna, será um inseparável da migração) das peias com que o "velho nacionalismo" submetia o imigrante (objeto de preceitos e preconceitos), instituindo uma espécie de igualdade fundamental entre os metecos de todo o mundo já na própria "neutralidade" do termo migrante (qualificado apenas secundariamente de nacional ou estrangeiro), que só exclui os não-migrantes, i.e., os cidadãos plenos, aqueles capazes atribuir (por serem a própria encarnação de) direito de cidade. Haveria forma mais sutil de orientar ou instituir o

etnocentrismo de classe que esta, que, absolutizando teoricamente as fronteiras nacionais, dissolve-as praticamente, fazendo com que se torne dispensável a existência de um país para que possa existir o migrante, que se define enquanto tal em relação a não importa que "comunidade", aproximando-o do "estrangeiro" a quem se restitui o seu significado do primeiro de "inimigo" ou de "peregrino" que, exatamente por ser móvel, sem raízes, é candidato à "escravo"? (35)

Notas

- (1) Isso não significa que o termo não fosse jamais utilizado. Exemplos de sua ocorrência são encontrados em toda a larga produção da escola ecológica de Chicago nos anos 20 e 30 de nosso século. No tratado de sociologia rural A Systematic Source Book in Rural Sociology, editado em 1930 por Sorokin, Zimmermann e Galpin é utilizado sistematicamente não só nos textos de responsabilidade dos editores, mas também nas transcrições e traduções que fazem de autores das mais diferentes épocas. Na Encyclopaedia of the Social Sciences (1937), figura como um verbete independente, redigido por Imre Ferenczi, ao lado de imigração, emigração, mobilidade, etc. E, para tomarmos um exemplo mais radical, o decantado artigo de Raveenstein, o "clássico" por excelência em matéria de migrações, a validade das leis que estabelece sendo ainda hoje motivo de polêmica entre os especialistas, intitula-se "The Laws of Migration" (1885). Mas antes de se revelarem como exceções esses exemplos nos relembram a profunda vinculação, ainda mesmo no século XX, das "ciências sociais" às "ciências naturais", à "história natural" em particular, onde buscavam o seu próprio modelo. Ao utilizarem o termo "migração" estão, pois, utilizando um termo de uso corrente na "história natural", não apenas para denotar os movimentos de certas espécies animais, mas para denotar os próprios deslocamentos humanos. Assim, se os membros da escola de Chicago, vão acionar "migração" para neutralizar o etnocentrismo associado aos estudos de imigração e emigração, estabelecendo um certo corte nos estudos sobre migração, vão fazê-lo dando vazão a concepções que lhe são muito anteriores. Mesmo que eles sejam os primeiros, a acreditar na reconstituição histórica que nos oferece Duchac, a tentarem delimitar um lugar novo para a migração nos estudos sobre as migrações, atribuindo-lhe uma "natureza" bem diferente daquela da história natural, aquela vinculação não pode ser minimizada. Não é a toa que os integrantes da "ecologia humana", mas não apenas eles, insistiam em falar de migrações humanas (human migrations), mesmo quando uma distinção já não servia para delimitar coisa algu

ma (as ciências sociais, em com elas, os estudos sobre migração tendo se desvinculado da história natural e de suas preocupações). Dentro desse contexto, "migração" era acionado como um termo genérico, gozando do prestígio de uma vinculação as ciências que eram como o paradigma da ciência, capaz de enquadrar os conceitos efetivamente utilizados nos estudos de ciências sociais (imigração e migração). O texto de Ferenczi ilustra bem a distância entre essa utilização "por comodidade" do termo migração e o uso posterior que lhe seria destinado ter. Apesar do título, passadas as definições formais, o autor, para referir-se aos movimentos efetivos que quer analisar, vai jogar com emigração e imigração. Afora a simples utilização genérica, "imigração" aparece como um termo residual e de uso permanente operacional. Assim, quando Ferenczi quer referir-se a relações entre países em que estão em jogo movimentos de imigração e emigração: "... After the war foreign workers were engaged in several emigration countries through government immigration agencies and international migration treaties ... (...)" (Ferenczi, 1937:437). A presença do termo no Rural Source Book explica-se, possivelmente, por razões da mesma ordem. A tentativa de fundar uma ciência social objetiva não é privilégio da escola de Chicago. Pensar imigração e emigração em termos de migração e pensar migração em termos de ou ao lado da mobilidade, um conceito que seria integrativo de vários "movimentos" aparentemente desconectados dentro de uma sociedade e que não estabeleceriam, em si mesmo, pré-julgamentos sobre a natureza dessa sociedade, é uma tarefa compartilhada por Sorokin e pela "ecologia humana". As coisas se complicam aparentemente mais é no caso de Ravenstein que antes de ser um "clássico" dos estudos da migração, já era uma "referência obrigatória" dos estudos sobre imigração e emigração, apesar de, situar-se, com bastante coerência, no campo da migração. Neste caso, parece-nos estar em jogo uma boa ilustração da afirmação segundo a qual as datas são marcos imperfeitos na delimitação da produção intelectual, valendo antes de mais nada como aproximação. Na verdade, Ravenstein, com sua tentativa de estabelecer leis e formas de mensuração para processos sociais inscritos num espaço geográfico, está muito mais próximo do que seria elaborado 40 anos depois pela "ecologia humana" do que das diferentes postulações teóricas de seu tempo. Isso não se dá por acaso e Duchac (1974:) explora a pista deixada pelo próprio Ravenstein: se, em outras partes, o estudo das migrações se desenvolve através da preocupação com as imigrações e os imigrantes que ameaçam determinados países ou, ao contrário, lhes abrem pois as possibilidades de redenção, na Inglaterra esse problema não se coloca. O problema

que vai motivar Ravenstein é o das migrações massiças para Londres e a redistribuição da população nacional que as acompanhava. Mesmo que isso não seja explicitado, é a migração interna que está em jogo e, com ela, a perspectiva de um tipo de intervenção diferente do Estado sobre a sociedade. Tanto assim que, apesar da interferência de conceitos como "imigrante" e emigrante", (que vai neutralizar tentando construir "conceitos", a partir da substituição de classificações em termos de nacionalidade por classificações em função de local de nascimento, como "elemento paroquial", "elemento provincial" e "elemento nacional", para substituir a oposição entre "cidadãos" e "estrangeiros"), Ravenstein vai referir-se quase sempre a migração e migrante e vai deixar claro a que tipo de migração se está referindo: "If it is clear that the gains and losses from migration ascertained in this manner apply only to migratory movements which go on within the limits of a State or country. (...)" (Ravenstein, 1889:244). Ravenstein parece ter consciência clara da sua démarche, que o leva a, ao estudar as migrações nos Estados Unidos, privilegiar os movimentos entre estados e regiões e não a entrada de imigrantes, que não é outra que tentar pensar não importa que movimento migratório a partir de um modelo de migração interna ou da suposição de que tais movimentos estavam circunscritos por uma qualquer fronteira: "... I hope to be able to prove that similar conditions produce similar migratory movements, whether we examine into this question on this side of the Atlantic or on the other." (Idem:242). Em resumo, se é verdade que o termo "migração" é utilizado, não é menos verdade que tais utilizações não são necessárias, sua substituição não alterando, por si só, as proposições que o veiculam.

- (2) "The situation is really much more complicated than most of the popular American literature concerning immigration and Americanization sees it. It would seem a priori and it is generally assumed that the main problem concerning the immigrants can be stated in terms of individual assimilation or non-assimilation (...)" (Thomas e Znaniecki, 1974:1468).
- (3) Quando não são simplesmente tipologias de áreas em que emigração/imigração entra como discriminante, como, por exemplo, em Fischlowitz (Fischlowitz, 1969) onde é dito que "o nordeste é região de e migração e o centro-oeste região de imigração".
- (4) Assim, por exemplo, com relação a emigração: "A emigração de trabalhadores adultos é sempre considerada uma sangria para a região" (Desenvolvimento e Conjuntura, 1960) "Zonas de emigração podem so frer uma escassez de trabalho" (Fischlowitz, 1969). "... as for ças de repulsão afetando as áreas de emigração" (Fischlowitz, 1965).

- (5) Os dicionários não deixam a menor dúvida a esse respeito, vincula do explicitamente imigração e emigração a país: "Imigrar - entrar n'um país estranho a fim de se estabelecer n'elle". (Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa). "Imigrar - Entrar (num país estranho) para viver nele. (Antônimo: emigrar)." "Emigrar - sair da pátria para evitar perseguições políticas ou para procurar fortuna n'outro país." (Diccionario Contemporâneo da Língua Portuguesa). "Emigrar - deixar um país para ir estabelecer-se em outro (...) Sair da Pátria para residir em outro país (...) (Antônimo de imigrar)." (Novo Dicionário Aurélio).
- (6) Mais do que em qualquer tentativa de pensar estruturalmente esse jogo sobre as palavras, essa espécie de torneio semântico se mostra com maior clareza em um caso histórico como outro: em torno de 1925, a discussão do "problema da imigração" mobilizou as energias dos parlamentares brasileiros e as atenções da opinião pública. As discussões parlamentares, em determinado momento, giram em torno de um projeto de lei que, visto de hoje, parece singular em sua brutalidade. Na realidade, nada tinha de singular, além de certas percentagens que estabelecia. Tinha sido precedido por outros de teor e orientação semelhantes e foi sucedido por substitutivos que não lhe alteraram a essência. Em poucas palavras, o projeto do deputado Fidelis dos Reis procurava favorecer a imigração européia, ao mesmo tempo que proibia terminantemente "a entrada de colonos de raça preta no Brasil" e limitava a entrada do "amarelo" a uma taxa anual equivalente a "5% dos indivíduos dessa origem existentes no país". O projeto refere-se à imigração, mas não usa o termo imigrante, preferindo famílias de agricultores europeus e colonos. No discurso de Fidelis Reis encaminhando seu projeto, aparece imigrante. Seus adversários, quando o aparteiavam, falam de imigrante estrangeiro, a quem opõem trabalhador nacional, trabalhador brasileiro ou elemento nacional. Fidelis Reis opõe o imigrante ao mestiço brasileiro. Seus adversários aceitam positivamente a opção, preferindo todavia sua forma transformada mestiço sertanejo ou elemento sertanejo (Cf. Sociedade Nacional de Agricultura - Imigração. Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura. Rio de Janeiro, Estabelecimento Gráfico Villani C. Barbero, 1926, especialmente o anexo "O Problema da Imigração no Parlamento Brasileiro".).
- (7) Todos os dicionários que consultamos enfatizam com maior ou menor ênfase, mas sem que nunca deixem de fazê-lo, esse caráter voluntário da emigração. Por exemplo, o Dicionário Escolar do Português no Brasil, de Antenor Nascente, atribui como primeiro significado de emigrar "sair voluntariamente de seu país para se estabelecer

em outro", enquanto êxodo é definido como "saída de uma população em massa". Já o Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa refere-se a emigração como "ato de emigrar; mudança voluntária de país" (em emigrar não sendo explicitamente destacado aquele caráter voluntário) e a êxodo, como que para manter o equilíbrio e dar um certo toque de erudição dispensável ao simples dicionário escolar, como "saída; emigração; o segundo livro da Bíblia, onde se narra a saída dos hebreus do Egito; fim das tragédias gregas". (Grifos nossos).

- (8) Os dois autores são explícitos em sua nota metodológica: "Our object-matter is one class of a modern society in the whole concrete complexity of its life. The selection of the Polish peasant society, motivated at first by somewhat incidental reasons, such as the intensity of the Polish immigration and the facility of getting materials concerning the Polish peasant, has proved during the investigation to be a fortunate one". (Idem, ibidem: 74. Ver também págs. 1467 e segs).
- (9) Assim, a Grande Enciclopédia Portuguesa e Brasileira, em seu verbe te Imigração, após apresentar o significado convencional, já com referências históricas específicas são compreensíveis pelo peso que tem o seu significado propriamente sociológico - "Ação de imigrar. O estabelecimento de estrangeiros num país; diz-se por oposição a emigração: até época recente, a América favoreceu a imigração; a imigração das raças amarelas é proibida nos Estados Unidos". - passa a tratar de seu significado em sociologia que ocupará cerca de duas colunas (contra as contidas cinco linhas de seu significado corrente).
- (10) Veja-se, por exemplo, Duchac (Duchac, 1974:3-4): "(...) Cependant, pluriethnie multiplicité raciale et ségrégation ne sont, encore une fois, que des données premières, des faits bruts, dont le commentaire suppose qu'ils soient intégrés dans un système d'interprétation de la société américaine dans son ensemble. La connaissance des phénomènes migratoires nous paraît être une des clés fondamentales de cette interprétation, a qui veut dire que la sociologie des migrations, aux Etats Unis, occupe une place centrale dans tout système descriptif ou explicatif des processus sociaux." Este texto de Duchac (que está longe de ser uma ocorrência isolada em seu livro) é tanto mais eloquente quanto, ao hierarquizar fenômenos sociais (uns sendo contados apenas como fatos brutos e outros como princípios explicativos dos primeiros), hierarquiza, num mesmo movimento as sub-disciplinas (ou áreas de saber) dentro da sociologia como disciplina, atribuindo um lugar especial à "sociologia das migrações". Sob a roupagem da "atribuição de pesos", própria a esse tipo de literatura (cf. "Introdução" deste



trabalho a propósito das resenhas), Duchac, mais do que uma constatação, parece estar buscando uma explicação para um "privilégio" objetivo. O que ele faz, em termos de "importância real" (por certo lado, inegável) dos fenômenos migratórios, Bourdieu sugere em sua sugestiva nota "Structures Sociales et Structures de Perception du Monde Social" (Bourdieu, 1975) explicar-se, antes, por uma certa "leitura" ideológica da história dos Estados Unidos, profundamente arraigada nas ciências sociais americanas, que traduz os fatos da hierarquia e dos privilégios de classe e de etnias como uma espécie de hierarquia cronológica, em que o lugar de cada grupo (com exceção dos negros) seria dado pela ordem de chegada.

- (11) Caberia aqui uma comparação sistemática entre os significados identificados para cada um dos termos. Esse trabalho, todavia, não é simples. Comporta toda uma série de operações que alguns erros básicos nossos no encaminhamento do trabalho - a começar pela "exclusão" dos textos referentes a imigração/emigração que não contivessem algum modelo válido para o entendimento das migrações, "exclusão esta que agora temos condições de relativizar, mas pela qual também temos um preço a pagar - fizeram com que se tornassem extremamente difíceis, se não implicando numa volta imediata aos textos excluídos, determinando pelo menos uma volta cuidadosa às fichas primárias e, sempre que possível, aos próprios textos cobertos. Assim, a hipótese da alteridade de imigração versus a tautologia de migração se funda mais numa análise da própria lista de significados de migração e em certas ocorrências constatadas em textos introduzidos à medida que desenvolvíamos este trabalho do que na comparação sistemática que resta por fazer.
- (12) Duchac, seguindo Faris (Faris, 1967) vai avaliar nos termos que se seguem a contribuição da ecologia humana: "La conceptualisation écologique succède, ne l'oublions pas, aux explications psychologiques ou psychophysiologiques antécédentes, qui étaient à dominante raciale. Contre ces explications, l'écologie humaine vent montrer - s'appliquant à des problèmes tels que la misère ou la délinquance - que certains phénomènes de pathologie sociale, observés dans les basses couches de la population, ne sont pas imputables à des caractéristiques "naturelles", qui seraient propres aux catégories d'individus concernés (Noirs, immigrants, étrangers, etc.), mais sont fonctions de facteurs matériels et locaux, tels que le type d'habitat, le type d'aire urbaine ou ces phénomènes se produisent. Il ne faut donc pas négliger que, le système d'explications écologique, à l'époque où il commence d'être utilisé en sociologie urbaine, possède au regard de l'eugénisme officiel de la fin du 19^e siècle aux Etats-Unis, la même valeur révolutionnaire que, en

France en 1893, l'affirmation par Durkheim de la spécificité des faits sociaux contre l'imperialisme psychologiste de l'époque. (...)" (Duchac, 1974:75).

- (13) Este quadro refere-se apenas a autores estrangeiros e merece todos os reparos que foram feitos na nota 9. Cabe fazer algumas observações adicionais. Antes de mais nada, lembramos que as ocorrências de imigração são muito menores dentro dos textos estrangeiros do que dos nacionais. Por outro lado, é entre autores estrangeiros que é mais frequente a reapropriação de imigração-emigração em termos de uma contabilização dos fluxos migratórios. Esta reapropriação, aliás, é uma das coisas que ficam claras no quadro, sendo sugerido também um segundo esforço de neutralização pelo apelo, muito mais frequente do que em migração rural-urbana, que já participa, por assim dizer, da "neutralidade natural" de sua matriz migração. Aos operadores neutralizantes: movimento, fator, ganho... (neste caso, a própria ocorrência de tipo, única, talvez possa ser explicada dentro da mesma lógica).
- (14) Assim, Kingsley Davis, em 1949, isto numa época em que, nos Estados Unidos, a migração já havia garantido sua hegemonia conceitual, tem o cuidado de marcar a distância que separa este conceito dos "termos" imigração e emigração, que remete ao "popular thinking", quando vai assinalar a reintrodução desses termos dentro de um novo quadro conceitual (onde funcionarão fundamentalmente como "instrumentos de medida" dos fluxos migratórios. Esse cuidado, vai até a proposição de pequenas modificações nos próprios termos, suficientes em língua inglesa para assinalar a diferença, mas que a tradução para o português (e possivelmente para outras línguas latinas) se encarregará de apagar, como que a assinalar, junto com a força gramatical, a força social maior (mesmo que não mais hegemônica) daquelas categorias. "Since in popular thinking the terms 'emigration' and 'immigration' are associated with international change of residence, these terms are not generally used for internal migration. Nevertheless even internal migration involves movement out of one area and into another; so the terms out-migration and in-migration have been utilized" (Davis, 1970:588) (Grifos de K.D.).
- (15) Na Introdução à Sociologia, do Pe. Fernando Bastos de Ávila, S.J., migração, apesar de constar do índice remissivo (com duas referências contra uma dada a emigração e uma dada a imigração), não aparece como título aparte no corpo da obra (onde "Emigração e Imigração" é título de um tópico da seção "Análise Dinâmica da População" do capítulo "O Fator Demográfico") e só ocorre conceitualmente no último parágrafo do capítulo para assinalar a importância crescente das "migrações internas" - fenômeno de grande importância socio

lógica hoje, de modo especial no Brasil". Apesar de todos esses ingredientes que configuram uma obra "de transição" - ou talvez por isso mesmo - o autor parece demonstrar consciência do tipo de limitação imposto pelos termos imigração - emigração à análise das "migrações" quando, referindo-se ao que, sintomaticamente, denomina "o fenômeno imigratório", item B do tópico "Emigração e Imigração", introduz subrepticiamente migração, através daquela sua variante, que aparece no texto como variante de "fenômeno imigratório", fenômeno migratório, numa espécie de contorcionismo intelectual "lúcido", i.e. que explicita a ambiguidade objetiva com que o problema é vivido pelos seus formuladores.

- (16) Se nem sempre a fórmula completa de ... para é explicitada num texto, a verdade é que ela está presente em qualquer das fórmulas abreviadas que só põem em evidência o ponto de partida ou o ponto de chegada. No entanto, é preciso não perder de vista que tais abreviações estão longe de serem arbitrárias. Para, a partir de e de ... para assinalam ênfases diferenciais sobre a partida ou a chegada que, por assim dizer, "antecipam" os debates sobre atração e repulsão ou aqueles sobre as vantagens maiores ou menores de migração para os locais de origem e destino.
- (17) Duchac, num tópico de seu livro, que, significativamente, intitula-se "O retorno ao culturalismo", culturalismo este que define em sentido lato como "l'ensemble des efforts entrepris pour intégrer ... les phénomènes non reductibles à une traduction spatio-quantitative directe" (*idem, ibidem:17*), resume assim a reação que se cria à ecologia humana: "(...) En effet, en face d'une sociologie dont le postulat fondamental, à propos des phénomènes migratoires est que leurs déterminismes prépondérants sont de nature écologique, c'est-à-dire, en l'occurrence, spatiale, et, pour cela, mesurables, on a vu, dès les années 1920 également, se manifester un courant tendant au contraire à privilégier, pour l'explications des mêmes phénomènes, non plus tant les déterminations que les motivations psychosociologiques, culturelles, et, plus récemment, politiques. Au temps éclipsé par la faveur que connaissait le mouvement écologique, ce courant, que nous appellerons culturaliste, semble aujourd'hui retrouver une nouvelle audience." (Duchac, 1974: 16-17). Todavia, em outras passagens de seu trabalho, Duchac vai chamar atenção para a preocupação de Park com problemas como o de assimilação dos imigrantes (Duchac, 1974:42), chega mesmo a alinhar seu artigo sobre "O Homem Marginal" (1928) ao lado de Polish Peasant (1918) e do trabalho de Bogardus Immigration and Race Attitudes (1928) como um clássico em matéria de "análise da personalidade do migrante". (Duchac, 1974:344 e 458).

- (18) Sintomaticamente, nos textos em que migração é apenas uma espécie de termo genérico para englobar imigração e emigração, o migrante é um termo ausente. Isso aparece com toda clareza em um texto considerado clássico, o verbete de Ferenczi (Ferenczi, 1937) para a Encyclopeddia of the Social Sciences, onde apesar de seu título ser "Migration" (e na Enciclopédia há verbetes especiais para "imigração" e "emigração"), o termo migrante não aparece uma única vez, cada vez que se torna necessário fazer referência aos atores da migração, esta se dando através dos termos imigrante e emigrante. Cf. nota 1 supra.
- (19) Se, em geral, as duas questões são confundidas numa só e muitas vezes sequer são vistas como questões, mas simplesmente percebidas como algo sobre o que se deve dizer alguma coisa em se falando de migrações, acontece também o contrário. Assim, Duchac, em seu cuidadoso trabalho, (Duchac, 1972) repete com insistência a pergunta, inflingindo-lhe, a cada vez, nuanças novas sem que, todavia, de monstre ter plena consciência dessas transformações. O estudo do migrante define inicialmente o que seria um tipo de abordagem ao estudo das migrações ("Les migrants, acteurs de la migration"; "La personnalité du migrant: l'analyse psychosociologique"). Em seguida, dentro de um capítulo voltado para problemas de integração e segregação do negro na sociedade americana, é um outro tipo de pergunta que se coloca: o negro é um migrante ou imigrante, i.e., um estrangeiro em seu país? ("Migrants ou immigrants?") Mais adiante, voltando às questões gerais, é o perfil de um "migrante tipo" que tenta estabelecer ("Caractéristiques différentielles du migrant"). E a última parte do seu capítulo de conclusão, intitulada significativamente "Le migrant, qui est-ce?" é dedicado em parte a uma recolocação, em tom dramático, da questão: "Le migrant, en définitive, qui est-ce? Telle est la dernière question que nous voulions poser. Mais est-elle susceptible d'une réponse? Att-elle même un sens, et n'est-il pas absurde d'écrire le migrant, a propos d'un pays dont la bigarrure ethnique et raciale est la caractéristique démographique constante? Une autre absurdité de la question n'est-elle pas, à l'inverse, en demandant qui il est, de poser le migrant comme une espèce sociale distincte, à une époque où, au bout d'une période de cinq années, tout le monde, aux Etats Unis, est statistiquement un migrant? Demander qui est le migrant, n'est-ce pas aussi trop s'attacher au point de départ de la migration, aux origines (géographique, sociales, ethnique) du migrant, alors que ce qui importe n'est pas d'où vient le migrant, mais ce qu'il devient en tant qu'Américain, non pas ce que se fond dans le creuset, mais ce qui en sort..." O ceticismo do que se se

que a essas questões tão ousadas traz Duchac de volta à planície das concepções correntes: "Nous pourrions multiplier ces apories, sans plus avancer. En les énonçant, nous avons conscience de ne formuler peut-être que le point de vue d'un Européen et même d'un Latin, pour qui partir de chez soi sans retour, abandonner, comme le chantait Dante "agni cosa diletta/piu caramente" ne peut être le fait que de l'extrême misère, ou de l'originalité extrême. Point de vue selon lequel la migration, phénomène atypique, renverrait toujours, comme le dit J. Bourgevin-Pichat, "à la question fondamentale: pourquoi telle personne se déplace-t-elle tandis que telle autre reste en place?" (Duchac, 1974:485-486).

- (20) Em alguns autores essa associação entre migrante e ponto de chegada é feita abertamente e em termos de problema (ou da alusão a "problemas reais"). Assim, Piotrowski (Piotrowski, 1966) vai afirmar que "o principal problema relativo aos migrantes, no caso das migrações internas para as grandes cidades, é aquele de sua adaptação ao novo meio". Essa afirmação aberta disfarça um outro tipo de articulação, menos consciente e, possivelmente, por isso mesmo, mais importante. Uma segunda leitura do texto de Piotrowski pode nos ajudar, mas a articulação contextual (em seu sentido mais estrito) entre migrante e ponto de chegada aparece mais claramente em certos textos que não estão voltados para aquele problema. Eis alguns exemplos: - "condições de vida do migrante nas grandes cidades" (Cardona, 1958) - "situação de famílias e indivíduos migrantes que vieram para São Paulo (Silva, 1967) - "o centro de atração, o local para onde se dirige o migrante". (Desenvolvimento e Conjuntura, 1958) - "o migrante na cidade se adaptaria aos padrões urbanos" - "os migrantes rurais não se entregam de todo e de imediato à aculturação dentro dos novos meios urbanos" (Limoeiro Cardoso, 1962) - "a urbanização no caso dos migrantes rurais origina uma tomada de consciência cujos efeitos só se manifestam a partir da 2a. geração" (Callier, 1964) - "como os migrantes utilizam padrões associativos próprios, para realizar um ajustamento satisfatório às novas condições de vida" (Durham, 1968).
- (21) Por exemplo, Limoeiro Cardoso (1962), fala de aculturação, Fischlowitz (1965) de adaptação, Dunham (1968) de ajustamento (cf. nota 20 supra). Já Muñoz e Oliveira refere-se a assimilação "... marginalidade pela resistência que os migrantes opõem ao processo de assimilação". (Muñoz e Oliveira, 1972). E Hanson e Simmons preocupam-se com o "processo de ressocialização" que ocorre quando o migrante "torna-se um participante efetivo na vida urbana": "Através da interação com outras pessoas no ambiente urbano, ele se capacitará a adquirir uma maior ou menor compreensão da estrutura so

- cial da cidade e das prescrições e comportamentos próprios aos pa
péis associados a essas novas e diferentes posições." (Hanson e
Simmons, 1968).
- (22) Ou a ambos simultaneamente, como em Fischlowitz: "há impossibilida
de de absorver as levas de migrantes na economia urbana: o rompi
mento com as condições tradicionais de existência gera dificulda
des de adaptação, tensões, distúrbios hemopsíquicos, etc.; e há in
capacidade dos serviços públicos e sociais de atender ao grande nú
mero de migrantes (Fischlowitz, 1965).
- (23) Assim, Bock e Intoka (1969) vão relacionar a mobilidade ascendente
com o tempo passado na cidade: "quanto mais tempo se está exposta
ao ambiente da cidade, maior o nível de status que se pode alcan
çar, mesmo que em gerações seguintes". Collette Callier, por seu
lado, afirma que "a urbanização, no caso dos migrantes rurais, ori
gina uma tomada de consciência cujos efeitos só se manifestam a
partir da segunda geração (Callier, 1964-1965).
- (24) Duchac nos oferece uma boa indicação a respeito do que ocorreu nos
Estados Unidos: "(...) chaque génération d'immigrants, une fois
franchie la période difficile de première acclimation à la vie amé
ricaine, tendait à adopter le point de vue du "natif", et à consi
dérer avec méfiance la vague des nouveaux arrivants. Cela, sur
tout, pour peu que ces nouveaux intrus fussent, ethniquement ou
culturellement, différents de ceux qui les avaient précédés, ou
encore qu'ils leur fussent socialement supérieurs. C'est ainsi
que le courant d'opinion anti-immigrationniste prit sa plus grande
extension lorsque, dans les dernières années du 19^e siècle, l'
équilibre des flux migratoires, qui jusque-là avait été en faveur
des immigrants d'origine anglosaxonne, fut renversé au profit des
immigrants méditerranéens ou slaves. (...)" (Duchac, 1974:37).
- (25) Não-migrante este que, na única definição mais formalizada que en
contramos (e a vantagem dos conceitos em negativo é que sendo "re
siduais" escondem suas determinações positivas) aponta para "os me
nos insatisfeitos com o baixo nível de vida, com o trabalho, com a
casa onde vivem" (Mac Donald, 1968).
- (26) É aqui que se joga a problemática da seletividade, que se é expli
citada nas teorias da "ecologia humana", está implícita em pratica
mente toda a larga produção sobre migrações. A seletividade, vis
ta do "ponto de chegada" parece ocupar, com relação ao ponto de ori
gem, a mesma posição relativa que a integração no ponto de chega
da. Entretanto, vista do ponto de partida, com seu privilégio so
bre o sujeito, está subordinado à questão da decisão de migrar.
- (27) Para não multiplicarmos os exemplos de textos e autores em que mi
grante substitui migração automática e inconscientemente, basta lem

- brar, para ilustrar esse ponto, a proposta de Speare: "The purpose of this paper is to develop a model of migration which is based on the decision-making process of the potential migrants" (Speare, 1971). (Grifos nossos).
- (28) O texto de Graves é exemplar a esse respeito: "Apesar de óbvia influência de muitos fatores extremos na vida de um migrante em potencial, parece razoável aceitar como hipótese de trabalho a idéia de que sua decisão de migrar para uma cidade, e de permanecer na cidade uma vez instalado, é uma decisão racional que deve conformar-se a princípios elementares da teoria dos jogos" (Graves, 1966). (Grifos nosso).
- (29) Sobre esses mecanismos de inferiorização, veja-se Bourdieu, 1975-a.
- (30) As queixas de Davis quanto à atenção maior que ainda era dada à migração externa que (poderíamos aqui traduzir como esquemas explicativos em termos de imigração-emigração) dão uma idéia das resistências que o conceito de migração e os conceitos que articula tiveram que enfrentar para impor o seu domínio: "(...) Yet because external migration is legally regulated it looms much larger in our literature and our thinking than internal migration". (588) E mais adiante: "Extant classification of migration generally confine themselves to international movements and usually stress the relation between the migrants and the receiving people". (589)
- (31) A idéia de um fluxo migratório parece solidária da categoria migrar que é introduzida junto com migração. É como se houvesse uma massa móvel permanente e, por isso mesmo, difícil de ser enquadrada por qualquer análise que seja e mais ainda de ser objeto de mensuração. Para responder a essa dificuldade é que imigração-emigração voltam a ser acionados, menos talvez pela facilidade gramatical do que pela experiência de controle e seleção, e de repressão à burla do controle e da seleção, a que estavam associados (os postos de contagem e de triagem de migrações internas talvez sejam uma indicação de que, pelo menos neste caso, conceito e realidade não tenham andado tão divorciados assim). Mas há uma mudança fundamental nessa reapropriação: de objeto passam a instrumento. Mas essa passagem só é possível porque eram objeto e não eram: eram objeto de medida, mas o objeto de política (e o falar-se de uma política imigratória, antes de negar isto talvez indique a dificuldade de controle político de alguma coisa de que só se tinha acesso a um de seus "lados") era outro. O que tinha de ser preservado (e aí o controle da imigração e/ou da emigração tiveram a sua eficácia) era o país. A imigração deve ser controlada (e, portanto, medida) através dos postos de imigração e coisas no gênero: o que não passa pelos pos

tos, não deve ser medido, deve ser reprimido. Sintomaticamente, os "operadores" da imigração/emigração e de seus correlatos imigrante/emigrante são a rigor operadores de conceitos outros, como área, região, país. Se estes últimos aparecem como operadores da imigração/emigração é porque as estamos lendo como equivalentes per feitos de migração. Se percebemos, ao contrário, que, entre a "pré história", representada por imigração/emigração, e a história que objetivamente se impôs com migração há uma continuidade que é dada exatamente por essa descontinuidade, as coisas se invertem e te mos condições de perceber que há muito mais coisa em jogo na passa gem de um operador como ganho (sempre, quando é o caso, associado a imigração) a, supondo que se pudesse estabelecer uma equivalên cia direta, saldo (indissociável de migração) ou como há um fosso entre deslocamento associado a emigração (sempre a partir de algum ponto e referido a emigrante) e o deslocamento neutralizado asso ciado a migração (geralmente como sinônimo).

- (32) Não há dúvida que, quaisquer que sejam os supostos que a acompa nhem, a entronização do conceito de migração como conceito-chave de um corpo conceitual (ou vários) introduz questões novas, se não to da uma nova problemática, na área de problemas pensada, atualmente, sob a rubrica migração. Mas o que muitas vezes é esquecido nos des locamentos operados por rupturas como essa nas ciências sociais, é que o que representa, por um lado, "ganhos" ou "avanços", signifi ca, por outro lado, "perdas" e "retrocessos". Já chamamos a aten ção para o marco totalmente diferente daquele dos estudos modernos sobre "migrações" que é o do Polish Peasant, considerado, no entan to, um "clássico" em matéria de migração. Caberia perguntar: ha veria lugar, dentro dos marcos em que a migração passa a ser pensa da desde que o conceito de migração se tornou hegemônico, para es tudos do mesmo gênero? Se as nossas hipóteses são justas, não. Is so não quer dizer que estudos na "linha" daquele de Thomas e Za niecki não mais sejam feitos. O que parece é que esses estudos são feitos (e muitas monografias antropológicas estão aí para atestá-lo) mas marginalmente à "teoria da migração". Mas, se a migração estabelece um corte entre o tipo de estudo que sugere e estudos do tipo daquele que é o seu "clássico" por excelência, como se expli caria um tal paradoxo? Essa questão talvez nos dê uma pista para pensar o lugar e a função dos "clássicos" na constituição dos es quemas de referência de um campo intelectual determinado: é possí vel que seja exatamente porque um estudo é feito segundo padrões outros que não aqueles daqueles trabalhos que estão na ordem do dia, mas que não se confundem com os padrões tidos como "normais" da época em que foi escrito, padrões inatingíveis, pois que vigo

rem as regras do presente ou que vigorem as regras do passado, que ele seja considerado um "clássico". Pelo mesmo motivo é que os clássicos (obras e autores) seriam postos à parte, de "inatingíveis" sendo transformados em "intocáveis", e que, para permanecem como clássicos, contra sua vontade muitas vezes não gerariam nenhum padrão novo de trabalho, mas funcionariam apenas como referências, ou melhor, como medida de carência do padrão de trabalho que historicamente se afirma como dominante, sendo incorporado, outra vez ainda independentemente de sua vontade, como elemento da divisão do trabalho de dominação que as classes dominantes, através das mediações dominantes, impõem ao campo intelectual de uma época e, através dele, às classes dominadas. É porque são postos numa posição de "inatingíveis" e "intocáveis" que os clássicos são preservados da "vulgarização" e da "contaminação" e representam uma espécie de lugar de convergência forçada de diferentes posicionamentos políticos e intelectuais em ciências (como as ciências sociais) que, por serem palco de lutas por excelência, precisam, mais que quaisquer outras, criar "áreas de consenso". Valeria a pena explorar como se dá a transposição da idéia de "clássicos" da "literatura" para as ciências sociais.

- (33) Falamos de autores e obras porque as coisas não estão necessariamente colocadas, a obra comportando, muitas vezes, a intervenção de outros agentes sociais que não o autor ou intervenções de um mesmo autor em momentos diferentes e a partir de problemáticas diferentes, o que faz com que desapareça qualquer continuidade em termos de autor (que não uma continuidade "biológica") e em termos de obra (sendo posta em questão a própria unidade de uma obra, qualquer que seja o significado, restrito ou amplo, fraco ou forte, que se atribua ao termo). A nota 12 acima nos oferece um exemplo dessa bipartição.
- (34) Como a "transição" que estamos analisando não é cronológica, a análise desse movimento pode transformar-se em nosso próprio critério de periodização.
- (35) Ver a respeito da relação entre "estrangeiro" e "escravo" nas línguas indo-européias o trabalho de Emile Benveniste (Benveniste, 1969), especialmente o capítulo 5 do livro 3.

ÊXODO: UMA TRADIÇÃO PARALELA?

Os Significados de Êxodo

O Êxodo como processo natural

O êxodo é representado fundamentalmente como um processo natural, tão natural quanto as calamidades climáticas e as enfermidades. É inscrito na ordem dos fatos naturais como um "fenômeno" (Barreto; 1951) (Camargo; 1957) (Callier; 1964) que se manifesta sempre perfilado com outros, cujas expressões mais concretas são: secas (Carvalho; 1942) (Barros; 1953), doenças (Mortara; 1965) e dilúvios.

As ocorrências empíricas de êxodo, por sua vez, são comumente classificadas de êxodo rural. A expressão é portadora dos mesmos significados de êxodo, o que permite constatar ao nível dos textos analisados, a formação de uma sinonímia. Uma tem a mesma significação que a outra e isto ampara o uso transitivo delas. Sem que seja apagada ou modificada sua acepção enquanto "processo natural", êxodo desempenha uma função de forma abreviada de êxodo rural.

A incidência desta formulação, que enfatiza uma naturalização, corresponde a uma prática deveras cristalizada, senso comum no meio erudito, que adquiriu um "império" extenso e prolongado no pensamento dos autores cujas proposições são concernentes à categoria em questão. Representado como exprimindo uma extensão da natureza é que êxodo, enquanto categoria, envolve outras noções não metodicamente trabalhadas pela ciência como: "calamidade" e "cataclisma" ou ainda "ca^tástrofe" e "crise".

A naturalidade, no caso aludida é aquela das "calamidades" e "ca^taclismas" registrada por Barreto (1951), manifestações naturais que são apresentadas como sendo transformações bruscas, de ocorrência súbita e previsibilidade duvidosa, que alteram sensivelmente o ordinário da vida social. Todavia, a despeito de se manifestarem como ruptu^ras com situações cotidianas e a despeito da velocidade com que insurgem, elas são transformações que se repetem com certa frequência no desenvolvimento das sociedades. Podem, portanto, ser lidas também como cíclicas, como manifestações de realização periódica. É justamente esta característica que ameniza sobremaneira as rupturas mencionadas, destituindo-as de qualquer sentido qualitativo pela força de uma rotinização diacronica. Em suma, poder-se-ia dizer, que se trata de irregularidades, que apesar de acontecimentos repentinos e de consequências imprevisíveis, são passíveis de serem reguladas, e por conseguinte a exemplo das migrações, objeto de planejamentos, políticas e demais medidas de controle.

A própria amplitude destas rupturas, que repercutem sobre múltiplos aspectos da vida social, contribui para que o caráter nefasto, que alegam possuir, encerre uma dimensão de infortúnio público, ou seja, uma desgraça extensiva a uma grande quantidade de pessoas. A parte a extensão que abrangem elas são representadas ainda segundo a sua intensidade. Baixo esta ótica constituem uma exageração das proporções tidas como usuais e rotineiras de determinados eventos. Em consonância com esta representação é que o êxodo pode ser considerado como parte de um discurso - o "grande discurso sobre migração" que se caracteriza notadamente pelo seu tom hiperbólico. Isto é, o engrandecimento e/ou a diminuição exagerados das proporções tidas como ordinárias de certos fatos naturais é que marcam insistentemente e principalmente as formulações relativa a êxodo.

Há autores que, movidos pelo intento de conferir significado a êxodo segundo critérios mais explícitos e ineludíveis, operam uma distinção das diversas manifestações relativas ao "fenômeno". Mortara (1965) visa separar duas grandes ordens de fatos: uma referida ao "meio natural" e outra correspondente a uma "ordem social". A própria realização deste esforço classificatório e portanto delimitador de fronteiras, evidencia uma percepção de que usualmente estas ordens apresentam-se misturadas de forma indiferenciada, sem delimitação nítida, tanto nos contextos em que a categoria é acionada, quanto nos significados que lhe são remetidos. Estendendo-se esta distinção que Mortara efetua, única e exclusivamente ao campo de significados, é lícito destacar que a uma inscrição de êxodo, enquanto processo natural, vinculado a "calamidade", "cataclisma" e "doença" corresponderia uma outra, mais atrelada à "ordem social" e expressa através de ocorrências identificadas como "guerra" e "revoluções".

Estes acontecimentos também se constituem em rupturas que desdizem o cotidiano - momentos críticos de transformações políticas e econômicas no desenvolvimento das sociedades - e são caracterizados pelo uso imoderado da hipérbole e pelo seu alcance público. Devido a estas aproximações é que podem, para efeitos de exposição, ser dispostos lado a lado com aqueles outros rompimentos considerados como próprios à "ordem natural".

Através do sentido de ruptura e do tom hiperbólico é que as diferenças entre as duas ordens são atenuadas e abrem lugar para a inserção nas formulações pertinentes a êxodo de outras categorias que lhe são "solidárias".

Trata-se de "catástrofe" e "crise". A primeira aparece num sentido genérico, e tanto pode ser atribuída a situações referentes a uma ordem como à outra. Ela designa simultaneamente duas ordens e, por tanto é transitiva em relação a: "calamidade", "cataclisma", "guerra" e "revoluções". A outra, por sua vez, aparece referida apenas à

"ordem social". A idéia de uma "crise da natureza" inclusive representaria uma projeção social sobre a própria natureza. Por outro lado, ambas, "catástrofe" e "crise", designam também rupturas e podem fazer par com os demais termos grandiloquentes.

Exatamente isto é que as dispõe em concordância absoluta e com uma transitividade deveras legitimada em relação a estes termos, que conferem o tom hiperbólico dos significados de êxodo rural.

"Catástrofe" inclusive é apresentada em seu significado etimológico - dicionarizado - como representando o desfecho de uma tragédia (Lello; 1958), que seria justamente o mesmo significado correspondente a êxodo registrado por Lima (1969) e Holanda (1975): o "fim da"tragédia" ou o epílogo, sempre funesto, da tragédia grega.

No que concerne à relação entre as duas "ordens" mencionadas anteriormente percebe-se uma tentativa de conversão de uma ordem a outra. O processo natural se impõe naturalizando as manifestações da "ordem social", sobrepondo-se às suas possíveis particularidades. Verifica-se uma propensão das formulações a seguir de perto as indicações dos fatos naturais tornando as indicações de fatos relativos à outra ordem como meros efeitos de sua própria ocorrência. A presença nos textos de expressões como "cataclismas sociais" (Barreto; 1951) ou mesmo "calamidades sociais" que parece suscitar um desaparecimento das fronteiras que delimitam as "ordens" em pauta, representa, em verdade, um rótulo do processo natural estendido aos de outra ordem. As "guerras mundiais" passam a ser designadas por "cataclismas sociais" (Barreto; 1951) assim como "o pânico nas bolsas" e o "desemprego" (Carvalho; 1942).

Através de toda esta compreensão e particularmente do caráter cíclico do êxodo é que os autores são unânimes em reconhecer, ao contrário de um acontecimento estranho ou inassimilável aos quadros da vida social, uma "normalidade" do "fenômeno": "o êxodo rural é um fenômeno normal ..." (Barreto; 1951), (Ávila apud Camargo; 1957), (Callier; 1964)*.

As dimensões do êxodo

A partir desta representação de êxodo enquanto um processo natural observa-se que é representado ainda segundo grandes dimensões. Quer dizer, através de uma visão grandiosa dos processos naturais. Assim é, que um conjunto de termos acompanha usualmente êxodo atribuindo-lhe uma qualificação. O caráter necessário da relação de êxodo com este conjunto de termos encontra explicação no fato de que eles esforçam por traduzir uma idéia de singularidade, uma circunstância ímpar, ou mesmo uma ruptura com situações tidas como costumeiras.

Neste propósito é que também exprimem um uso imoderado da hipérbole que expressa, por sua vez, simultaneamente a grandiosidade e o infortúnio a ela associados:

" caótico êxodo" (Ramalho; 1968); "intenso êxodo" (Camargo; 1957)
 " extraordinário êxodo" ou ainda "impressionante"
 "terrível" e "trágico".

Destaca-se que as qualificações de êxodo apresentam-se também, tal como ele próprio, segundo um tom hiperbólico. Em termos meramente gramaticais, pode-se dizer, que o resultado da hipérbole sobre hipérbole é outra figura, a redundância. Entretanto, no presente caso, "exagerando-se o exagero", vai se acrescentando, somando exageros e simultaneamente carregando a categoria de uma conotação absoluta, incontornável. Cria-se um tipo de formação de discurso, que por mais que se neutralize, não se consegue evitar o hiperbolismo. Basta citar êxodo e automaticamente ele estará acionado. Os autores que trabalham com a categoria êxodo não conseguem evitar isto, porque o peso da própria conotação parece intrínseco a ela.

No caso de êxodo se associa continuamente novos termos, numa variação cujo objetivo é enfatizar a dimensão grandiosa, que faz parte de sua própria definição. Então, ao contrário da "monotonia de migração", enquanto um conjunto de termos absolutos, aqui ocorre uma variação contínua. A regra do jogo é hipérbole contra hipérbole. Não se cria tipologias. Êxodo, trágico êxodo em oposição a fixação, não se tem pares de conceitos devidamente articulados como em migração (migração interna, migrante, migrante ajustado...).

Ocorre pois, um sistemático emprego abusivo das hipérboles literárias que, permeando estas dimensões do êxodo, resulta num reforço das determinações de que a própria categoria já era portadora:

"O êxodo rural sendo um fenômeno normal, está entretanto se agravando extraordinariamente..."
 (Barreto; 1951 : 204)

A hiperbolização do "fenômeno", em si já representado como hiperbolizado, é que caracteriza este mencionado reforço.

O tempo do êxodo

A categoria êxodo, por outro lado, apesar de representada por dimensões inintencionais da realidade social não é atemporal. Aparece sempre num dado momento de tempo e liga-se a uma determinada etapa porque passa o desenvolvimento de uma sociedade. Assim, ser datado, ser localizado diacronicamente, é uma condição que acompanha êxodo conferindo-lhe um

tempo próprio, particular. Este se atém a certos marcos que assinalam momentos de descontinuidade numa considerada linearidade e continuidade históricas. Coincide com situações históricas específicas, de caráter épico ou consideradas como grandes eventos que amparam as periodizações e clivagens mais difundidas da história como por exemplo, a "Crise de 1929" ou a "Revolução Russa de 1917". O tempo em questão seria basicamente representativo destes momentos de ruptura ou os "catastrophic periods" como quer Sorokin (1930) e como se poderá observar mais detidamente adiante na relação que a categoria êxodo rural mantém com mobilidade, em particular nas citações de Barreto (1951).

"The end of the Roman Empire and the beginning of the Middle Ages, the years from 1917 to 1922 in Russia, and the years of the great catastrophic revolutions and wars in various countries and at various times are examples of these catastrophic periods". (Sorokin: 1930).

"... et plus particulièrement à partir de la crise de 1929 l'exode massif des Noirs, dans un double mouvement rural/urbain et Sud/Nord". (Duchac; 1974:12)

Estas referências a marcos históricos genéricos e universais, quando está se considerando o êxodo rural referido a um país ou região de terminados, são especificadas com alusões a acontecimentos relevantes para a "historiografia nacional" ou "regional" correspondente. Haveria assim um deslocamento dos grandes eventos nos diferentes textos acompanhando os contornos do próprio objeto, ou melhor, da própria área a que estão referidos. A categoria êxodo rural não possuiria desta forma fronteiras absolutas no tempo e no espaço. Adiciona-se inclusive à expressão a adjetivação "pátria" correspondente como no caso: êxodo rural brasileiro (Santos Pereira: 1958) e êxodo nordestino (Souza Barros: 1953).

Assim, na produção brasileira examinada (cf. Bibliografia) o marco cronológico eleito seria aquele que diz respeito ao "início"-das condições que dão origem a - ou "desde" havendo um acordo explícito quanto à data: 1930 ou ao acontecimento que a releva na historiografia nacional, a "Revolução de 30".

Pereira de Queiroz (1968) assinala que o êxodo rural-urbano pode ser considerado como produto das transformações sofridas no meio rural desde 1930.

Santos Pereira (1958) insistindo na mesma tecla afirma:

" No Brasil ... A Revolução de 30, foi realmente um marco na evolução política, econômica e social do país, a partir daquela ocasião desceu e desapareceu a predominância política e

econômica dos campos sobre as cidades, e como consequência deste fato, iniciou-se o fenômeno do êxodo rural; por outro lado, a ascensão da economia industrial dos centros urbanos, promoveu os meios de fixação das massas deslocadas da zona agrária ao tempo em que o desenvolvimento dos serviços públicos e transportes motorizados contribui para a criação das grandes aglomerações urbanas que são atualmente as maiores cidades brasileiras".

Quando se fala de êxodo, no seu sentido bíblico, trata-se de um determinado acontecimento, representado como um ponto no tempo. Entretanto, quando se fala de êxodo rural, opera-se um corte no tempo, que assinala um "início" e somente um "início". Assim, por exemplo, o êxodo rural que para Santos Pereira começou "a partir" de 30 não tem o seu término assinalado pelo autor, "não acabou". Os autores, fixado o "início" deixam em aberto o período de sua vigência. Com o desfecho não existindo é um absurdo se supor que possa existir uma datação correspondente a seu término. A região do acôrdo fica então marcada explicitamente pelos "a partir de ..." (Santos Pereira; 1958) (Duchac; 1974) e pelo silêncio que se observa em relação ao período de duração ou a um limite temporal porventura existente.

Sorokin (1930), numa visão cíclica da história, assinala num aparente desacôrdo, um "término" precisamente onde os demais autores enfatizam um "início":

"Only when, owing to various causes, a whole country entered a disastrous and catastrophic period of economic, political, moral, mental and social decay and disorganization has there been a termination of this exodus from country to the city and from agriculture to urban occupations or a greater powerfulness for the migratory current from the city to rural parts and from urban to agricultural occupations".

(1965:231).

No entanto o que parece variar é a teoria em pauta, a questão de Sorokin, ao contrário dos demais, privilegiar a decadência. Apesar disto, em concordância com os demais autores, vale acentuar a invariabilidade dos elementos que atestam a situação de ruptura, enviada por Sorokin. O tempo do êxodo é representado fundamentalmente, como o tempo das rupturas, vale repetir, aquele em que as irregularidades se manifestam.

Fórmulas completas e abreviadas

Afirmou-se anteriormente que a categoria êxodo rural é representada como não possuindo fronteiras absolutas no tempo e no espaço. Visto isto, cabe complementar, no que tange ao espaço, que além de referir a áreas geográficas, segundo uma divisão política, a categoria é pensada encerrando um dualismo geográfico, expresso pela relação local de saída/local de destino. Quer dizer, ela é representada como não estando num polo nem no outro, mas como a transição de um para o outro. Nesta ordem, é sempre pensada dentro de um certo padrão explicativo, que, a exemplo de outras categorias que articulam o "grande discurso sobre migração", se manifesta segundo um: de ... para

Existe inclusive um conjunto de expressões derivadas de êxodo rural que expressam isto. A sua disposição em colunas contribui para um entendimento da associação que elas guardam entre si:

êxodo	rural		urbano (Queiroz, 1968)
êxodo		para as	idades (Cezar, 1968)
êxodo		para as	idades e fábricas (Leite de (Vasconce (los:1956)
êxodo	rural	para as	metrópoles
êxodo da população	rural	para os	grandes centros (Fernandes: (1957).

Observa-se primeiramente que êxodo cumpre o papel de forma abreviada de êxodo rural. Quando o termo êxodo é utilizado está contendo de maneira implícita o termo rural. De certo modo a forma abreviada passa a encerrar uma naturalidade de emprego, que faz deslocar êxodo rural, para uma posição de expressão, que considerada em si, encerra redundância.

Cabe aqui uma ressalva relativa a Sorokin (1930) para quem êxodo não significa necessariamente êxodo rural, mas sim do êxodo da cidade para a área rural, conforme foi visto anteriormente.

Verifica-se a seguir, que no quadro o termo rural, implícita ou explicitamente, é fixo e invariável. Constitui-se num local de saída inquestionável.

Há análises inclusive que privilegiam este local de saída na caracterização do êxodo rural, como seria o caso de Camargo (1957) citando Fremont (1947) e corroborando sem ressalvas, os seus pontos de vista:

" O êxodo rural comporta pois, como princípio essencial o abandono da agricultura por um certo número de seus trabalhadores". (1957:28)



Centrando a explicação no local de saída e no número de pessoas, não importa minimamente na interpretação de Camargo/Fromont qual seria o local de destino. (2)

O privilégio do local de origem leva a que se associe a ele a característica "trágica". Inscreve-se dentro da lógica da hipérbole porque inclusive registra-se uma conotação hiperbólica em jogo no caso de "abandono". Este aponta para uma solução extrema, definitiva, que suscita uma visão radical e descontrolada da "saída".

O local de destino, por sua vez, apresenta-se segundo uma multiplicidade de termos - urbano/cidade/cidade e fábrica/metrópole/ grande centro - os quais, a despeito de uma aparente sinonímia, não são necessariamente transitivos. Este local de destino pode sofrer uma variação ainda maior, quando o para é designado por uma área também rural tal como é caracterizado o local de saída. Souza Barros (1953:27) afirma:

"No caso do êxodo nordestino, já agora em busca não só dos centros urbanos, como das regiões agrícolas afastadas do sul... "

Em uma das fórmulas mencionadas está disposta uma designação dos agentes sociais de sentido coletivo: "população". Embora seja registrado a propósito das fórmulas completas e abreviadas, faz-se mister assinalar que está em total acordo com "massa" e "grande número de pessoas", que são mais frequentes nos demais textos. Verifica-se pois, a presença de um conjunto de termos designativos de agentes sociais, todos caracterizados por um sentido coletivo, nos significados da categoria êxodo rural.

A ausência, de forma explícita, destes termos foi captada em apenas dois artigos: Warriner (1970) e Todaro (1971) justamente os dois cuja referência original não é êxodo. No primeiro texto a referência a possíveis agentes sociais aparece embutida numa noção indicativa de grande quantidade. Quer dizer, os agentes sociais aparecem implícitamente, através do caráter quantitativo expresso no significado da categoria. Quando a autora distingue "saídas normais" de "êxodo rural" (1970:13), em relação ao último, sugere grande quantidade de pessoas pressionando o mercado de trabalho e os níveis de salário urbanos. Aparecendo via a forma quantitativa, não haveria, neste sentido, porque os agentes, a própria grande quantidade seria definidora e designativa, o suficiente, evitando inclusive qualquer caracterização individualizadora de possíveis agentes sociais. A grande quantidade neste contexto se sobrepõe à individualização e supre qualquer menção explícita a termos, que designam agentes sociais determinados.

No outro texto, (Todaro, (1971)), êxodo rural aparece no título e no decorrer do texto. Não é acionado senão no final do texto onde são propostas sugestões "para a limitação do êxodo rural. Porém isto,

num contexto de propostas técnicas solucionadas em que termos designativos de agentes não foram registrados.

Os termos designativos de agentes sociais que integram os significados da categoria êxodo rural (3) se apresentam nos textos analisados segundo três modalidades.

A primeira, expressa pelos termos "mão-de-obra", "trabalhadores", "os economicamente ativos", diz respeito a agentes sociais específicos; enquanto que a segunda, expressa por "massa", "população", se refere a manifestações coletivas, de composição indiferenciada. Na terceira, se combinam as duas anteriores, ou seja, termos que designam agentes sociais específicos são acompanhados dos respectivos coletivos.

Vejam os enunciados relativos à primeira:

"Caracteriza-se o êxodo rural na sua essência pela liberação de mão-de-obra empregada nas atividades agropecuárias com a consequente transferência para ocupações extra-agrícolas". (Camargo; (1957:27,28).

"mão-de-obra liberada pelo setor primário e absorvida pelo secundário e terciário" (Cézar:1968).

O termo mão-de-obra seria sempre associado à expressões que qualificam a transição entre os polos ou que nomeiam a procedência e a destinação; como: "liberada/absorvida", "liberação/...", "transferência". Os polos por sua vez, seriam expressos por "atividades", "setores" e "ocupações", todos eles termos que conferem uma dimensão a "êxodo rural" própria a temas da ciência econômica.

"O êxodo rural comporta pois, como principio essencial o abandono da agricultura por um certo número de trabalhadores".

"... os economicamente ativos:" (Limoeiro Cardoso: 1962)

Os enunciados relativos à segunda seriam:

"... passagem da população das zonas rurais para as zonas urbanas" (Limoeiro Cardoso: 1962)

"... massas deslocadas da zona agrária". (Santos Pereira: 1958: vide cit. completa na pág. 4)

Confirmando o contexto assinalado e a sua abrangência, observa-se que não havia nos textos um "êxodo rural individual" nem uma expressão correspondente a esta individualidade, algo como "O Exodante". A quantidade, nesta ordem, a grande quantidade expressa por "massa" e "população" confirmaria a extensão social, ou a dimensão de desgraça pública correspondente às "guerras, catástrofes, calamidades..."

Os enunciados relativos à terceira, permitem verificar que contra os que falam com "insistência no êxodo rural", um artigo não assinado de um importante periódico de economia observa: "que em face da dificuldade

de de absorção da mão-de-obra nas áreas de ocupação antiga, onde se situam a agro-indústria do açúcar a massa trabalhadora vai em busca de trabalho, onde seja possível encontrá-lo sem recear a sua aspereza ". (Desenvolvimento e Conjuntura, nº 2: 1958 ps. 113-117). Ou ainda:

" O êxodo (embora em massa e desordenadamente)
... concorre para melhorar a situação da mão-de-obra agrícola..." (Jordão Netto: 1963).

À condição coletiva dos agentes sociais se adendaria sua situação de atingidos no âmbito das consequências sociais do "fenômeno natural", ou seja, atingidos pelo próprio êxodo:

"... os efeitos das condições pluviais sobre o êxodo das populações afetadas por êsse flagelo (as sêcas)". (Fischlowitz; 1965:84)

"... poderá disciplinar o êxodo, conduzindo as levas (de retirantes) aos lugares onde haja maior procura de braços". (Souza Barros; 1953: 106)

"Flagelados" (4) e "retirantes" (Souza Barros: 1953) são assim outros termos designativos de agentes sociais presentes nos significados de êxodo rural. Expressariam situações em que a nomeação dos agentes está referida à classificação atribuída a êxodo rural. A classificação de "flagelo" ou "retirada" é que proporciona a titulação aos agentes sociais em jogo. Tais termos são acionados na literatura examinada, no contexto da "sêca nordestina", e ainda que possam designar individualmente já trazem em si a dimensão de "massa" e de involuntariedade. A decisão de "exodar" não existe, o ato de "retirada" aparece sempre como forçado, compulsório. E, enquanto no outro caso, o da migração, são os agentes da migração que se manifestam, aqui são as vítimas do êxodo, novamente presente na própria designação destas "vítimas". Mencionando-se o êxodo não se faz necessário falar em "migrante" ou "exodante" tendo-se em conta que este é uma vítima do próprio êxodo e que só assim caracterizado ganha sentido a sua presença. A imagem de desgraça pública invalida as individualizações recobrando outras características básicas dos agentes: a grande quantidade e a condição "trágica", de vítimas.

Os debates das "causas" e "consequências"

O tom hiperbólico que caracteriza as formulações relativas a êxodo rural perpassa não apenas os significados da categoria como também os esquemas de explicação adotados para se pensá-la.

As interpretações de êxodo rural estariam ancoradas numa casualidade e esta, por sua vez, seria expressa também segundo um uso abusivo da hipérbole.

Uma tipologia da casualidade distinguiria "causas universais" de "causas peculiares" e "causas regionais" (Carvalho: 1942) ou causas particulares de causas gerais (Butterworth; 1971) ou "causas principais" (estruturais e técnicas demográficas) de causas secundárias (Camargo; 1957). Independentemente das distinções entre elas, sugeridas pelas próprias nomeações, elas são indiferencialmente marcadas pelo tom hiperbólico. Neste contexto é que são sempre acionadas.

Mortara (1965) conforme se viu, identifica as circunstâncias que contribuem para determinar o êxodo rural. Distingue aquelas que pertencem ao "meio natural" daquelas outras inerentes à " ordem social". Enumera as primeiras como sendo "calamidades climáticas ou meteorológicas" e "doenças" e as segundas como fatores culturais, demográficos, econômicos, psicológicos, políticos e administrativos.

O ato de separação efetuado por Mortara visa aparentemente isolar o tom hiperbólico, confiná-lo nos limites de uma "ordem natural". Com este recurso, ao nível do "processo social", ele intenta neutralizar o hiperbolismo, restringindo o seu alcance nos significados de êxodo rural.

Cézar (1968) deslocando a ênfase aponta para onde supõe que devam convergir as explicações relativas ao êxodo:

"Não se explica o êxodo pelas condições climáticas ou outros fatores naturais" ... as condições socio-econômicas existentes é que fazem com que a seca prolongada se torne insuportável e se transforme na causa do êxodo. nordestino" (pág. 25)

Para o autor diferentemente de Mortara a "ordem social", e que agrava os efeitos da ocorrência dos "fatores naturais". Através dela é que se assegura a persistência do tom hiperbólico. Nesta interpretação o autor especifica a "ordem social" segundo um determinismo econômico. A explicação pelo econômico, por sua vez, coexiste com as caracterizações do tom hiperbólico como: insuportável e prolongada.

Um acontecimento periódico como as denominadas "secas nordestinas" é comumente acionado para contextualizar o emprego da categoria êxodo rural. Não apenas na literatura de divulgação ampla (editoriais, notícias de jornais, folhetins) mas também em textos de circulação restrita, para um público de iniciados, (teses, monografias, relatórios) encontra-se a menção a êxodo rural, quando se está tratando das secas: Carvalho 1942, Souza Barros 1953, Camargo 1957, Borges 1955, Barreto 1951, Cézar 1968.

Para os autores estes acontecimentos se caracterizam fundamentalmente por impossibilitar que sejam utilizados os meios de produção e conduz pois, a seu "abandono", a "fuga para o litoral" ou simplesmente

te à "fuga". Aqui pela imagem do "flagelo das secas" se restitui à categoria conotações "trágicas" sugeridas pelo seu significado bíblico como "a fuga dos hebreus".

O econômico explicativo persiste nas análises. No texto intitulado "O Êxodo Rural", de autoria de Mibielli de Carvalho (1942) destaca-se :

"Forte atração que as cidades exercem sobre a população do interior" ; após a guerra e a crise mundial, a oferta de braços para o trabalho nas cidades tornou-se maior do que a procura", paliativos foram adotados como resultado: "crise de mercado, super-população, aviltamento do preço das mercadorias, pânico nas bolsas, desemprego e crise de habitação". (Carvalho; 1942:14).

O econômico coexiste com o tom hiperbólico:

"mercado (crise de)", "bolsas (pânico nas)", "preço das mercadorias (aviltamento)".

Quer dizer, mesmo quando se recorre a termos alusivos a um corpo conceitual mais preciso não se neutraliza, em se tratando de êxodo, o tom hiperpólico que o caracteriza. Além do mais, de qualquer ordem que seja a "causa" assinalada, uma condição a ser preenchida é que ela seja: forte, super ou que ela expresse: crise, pânico, guerra, calamidade e flagelo.

Examinando-se mais detidamente os significados de êxodo rural verifica-se que os autores estudados utilizam insistentemente um conjunto de termos e expressões particulares articulados com o domínio da economia. Ocorre uma grande incidência de designações desta ordem para nomear tanto os agentes sociais em jogo ("mão-de-obra", "os economicamente ativos"), quanto os polos de saída e destino "atividade agropecuária", setor (primário, secundário, terciário)", setor (industrial, comercial)", e os "fatores" associados às medidas de "fixação" ("mercado de trabalho", "ocupação extra-agrícola", "salários", "preço de mercadorias", "consumo").

Este conjunto de termos e expressões confere aos significados de êxodo rural uma especificidade, que os distingue daqueles de outras categorias que se articulam no "grande discurso sobre migração".

Faz-se necessário entretanto, distinguir os termos tal como se apresentam nas "teorias econômicas" e os termos destas mesmas "teorias" reapropriados nesta outra formação discursiva. A chamada reveste de sentido, porque as insuficiências dos significados da categoria êxodo rural, pontilhados de noções não metodicamente trabalhadas pela ciência, impelem os autores a uma vulgarização, ou seja, a acionarem um arsenal difuso de uma disciplina de cientificidade indiscutível. Este recurso como que visa constituir-se numa resposta cujo objetivo é o preenchimento das alegadas insuficiências. Estas últimas devem ser lidas como in

indagações que a categoria se faz ou que suscita, enquanto os termos do discurso econômico devem ser entendidos como uma resposta dos autores para supri-las.

Na linguagem pretensamente dos iniciados, mas que, em verdade é uma vulgarização da economia os significados de êxodo rural sugerem uma compensação do lado não-econômico, ou não-científico, veiculado pelas insuficiências. Insinua-se para contrabalançar as conotações "naturalistas" do significado bíblico ou do significado de "epílogo de tragédia". Estas são formas correntes de representação da categoria e são destituídas de uma construção conceitual, própria à ciência, antes refletem uma visão de "êxodo" enquanto um "processo natural". A incidência dos termos de "teorias econômicas" evidencia uma tentativa de "cientificizar" a apresentação da categoria. Visa promover uma adequação da categoria a um novo campo de utilização. E o econômico é que confere legitimidade a esta passagem, propiciando à categoria um estatuto de tema, "objeto da ciência".

Consoante com o emprego destes termos relativos às ciências econômicas as "causas" assinaladas pelos autores, aparecem atreladas umas às outras primeiro de forma consensual - ao nível do desenvolvimento das forças produtivas nas áreas urbanas ("industrialização") - segundo, em dissenso, quanto este desenvolvimento está referido à área rural.

No que tange ao primeiro:

"êxodo rural maciço provocado em grande medida pela industrialização" (Fischlowitz: 1969)

" a industrialização como causa preponderante do êxodo rural e da desruralização do Brasil " (Butterworth: 1971);

" o aumento da produção industrial impõe-se , porém, como plausível consequência do êxodo rural; pois tendo este último na industrialização uma de suas causas originárias principais, acarretará na sua continuação a intensificação do surto industrializador" (Camargo; 1960:193)

Com relação ao segundo:

"O estado atrasado da técnica agropecuária contribui para dificultar a redução do êxodo rural". (Mortara. 1965)

Para Correa da Silva (1967) "uma determinação básica" do êxodo rural seria a "concentração fundiária" ao lado da penetração de processos urbanos-industriais ("tecnologia avançada, dispensa de mão-de-obra").

"O êxodo rural impõe o emprego de técnicas de

mecanização das lavouras e esta mecanização implica na redução da mão-de-obra e determina o êxodo para as cidades". (Barreto: 1951)

Instaura-se um debate específico; Mortara alinha-se de um lado em oposição às proposições de Barreto e Correa da Silva. Da ótica do primeiro o "atraso técnico propicia o êxodo rural", enquanto que para os outros o "avanço tecnológico" é que o propicia. Um mesmo resultado seria assim obtido através de diferentes explicações: o "abandono do campo".

Ao próprio esquema de casualidade são inerentes os "efeitos" ou "consequências" (Camargo: 1957) resultantes das diversas "causas" alinhadas.

Considerando-se inicialmente as situações indicativas de procedência/destinação nos significados de êxodo rural, designadas por: rural-urbano" (Borges: 1955) "campo-cidade" (Costa Pinto:, 1948) " Zonas rurais - zonas urbanas" (Cardoso: 1962) "setor primário - setor secundário/terciário" (César: 1968); "atividade agropecuária-ocupação extra-agrícola" (Camargo: 1957); ou designadas apenas por um dos polos tendo-se o outro como suposto "agricultura" (Camargo: 1957); "centros urbanos", "sociedade metropolitana" e "grandes cidades".

Constata-se que o êxodo rural seria representado pelos autores , principalmente do ângulo do ponto de partida, como:

"despovoando os campos (Barreto: 1951); uma "desruralização" (Butterworth: 1971), "abandono da agricultura por certo número de trabalhadores" (Camargo, apud. Fromont, 1956:) e simultaneamente "reduzindo a produção agrícola" (Barreto : 1951) e "melhorando a situação da mão-de-obra agrícola diminuindo a oferta" (Jordão Netto : 1963).

O desencontro das proposições aponta para um outro debate específico relativo às consequências do êxodo para as áreas de origem e destino.

Aquela representação do local de saída irá refletir na representação do local de destino considerado como sujeito as "consequências" advindas da situação de procedência: para Carvalho (1942) com o êxodo rural, "a oferta de braços para o trabalho nas cidades tornou-se maior que a procura" e para Warriner (1970) "o êxodo rural tende a abaixar o nível do salário urbano ao nível do salário rural".

Por sua vez a situação do local de destino pode independender dos efeitos da procedência, uma vez que é ela própria que "exerce efeitos" sobre o outro polo:

"Forte atração que as cidades exercem sobre a população do interior" (Santos Pereira:1958)

Como os autores interpretam esta "atração"?

"a ascensão da economia industrial dos centros urbanos" (Santos Pereira: 1958)

" a industrialização" (Butterworth:1971); (Carmargo: 1957)

"a intensificação ao máximo das indústrias e a sedução dos salários industriais de guerra" (Barreto: 1951).

"Esse problema do êxodo rural é ainda mais grave para um país sub-populado onde o chamamento industrial e a atração urbano-trópica da população rural foram precipitados pelas grandes guerras". (Barreto: 1951)

A esta explicação agregam outra:

"a industrialização vem sempre acompanhada da urbanização, isto é, do que os sociólogos denominam êxodo rural"

(Desenvolvimento e Conjuntura: 1958; p.68)

Este terceiro pequeno debate envolvendo a repulsão e a atração (polo de destino/de origem) coincide com aquele outro debate das causas e "consequências".

Neste contexto o desdobramento das "consequências" e suas explicações finda por descrever uma trajetória que reintroduz um significado da categoria, dado pelo que se apresenta nos textos como uma parte de suas próprias "consequências" arroladas. Assim é que "urbanização" apresentada também como consequência do êxodo passa a ser transitiva com êxodo rural e vice-versa. Ela inclusive recebe neste contexto uma denominação particular, que atesta a grandiosidade que lhe é atribuída: a "macrocefalia" (Santos Pereira; 1958) ou "macrocefalia brasileira" (Limoeiro Cardoso; 1962).

E Fischlowitz (1965:25) completaria a interpretação aludida apresentando as duas categorias como faces de uma mesma questão:

"No nosso estudo deslocamos, propositadamente, o ponto de gravidade para a exposição do êxodo rural, ou da urbanização que, em grande parte, resulta da emigração dos campos para a cidade. Assim, na realidade ambos êsses fenômenos constituem, em essência, verso e reverso da mesma medalha".

O combate ao êxodo : planejamento e fixação

Uma primeira observação relativa ao hiperbolismo presente nos significados de êxodo rural aponta para uma conotação negativa uma demasia condenável. O próprio uso corrente dos termos catástrofe, crise, calamidade, guerra e cataclismas atestaria o caráter nefasto que manifestam. Contudo, a despeito disto em algumas interpretações, aquelas que tem uma visão trágica mesmo que "otimista" e grandiosa da história, a categoria êxodo rural aparece indicando "progresso" e "normalidade". Para alguns autores inclusive a ausência de êxodo indicaria exatamente o contrário do exposto.

Bastos D'Avila (1951, apud. Camargo; 1957) chama atenção para o fato de que "o fenômeno" (êxodo rural) em si, é perfeitamente normal e são. Situa-se francamente na linha do progresso".

Uma formulação de Fromont (1947) citada simultaneamente por Camargo (1957:28) e Fischlowitz (1965:48) assevera que:

"O êxodo rural é a manifestação de vitalidade de um organismo em progresso; a sua ausência constitui ao contrário, sintoma de saúde precária."

O mesmo seria dito por Jordão Neto (1963): "o êxodo (embora em massa e desordenadamente) alivia "tensões sociais" contribui para o progresso e concorre para melhorar a situação da mão-de-obra agrícola, diminuindo a oferta".

Numa compensação evidente de sua negatividade a categoria seria apresentada nas interpretações como um "mal necessário". A citação de Netto reforça esta característica, pois, afirma que o êxodo contribui para o "progresso" apesar de "em massa e desordenadamente". Assim, o êxodo rural seria considerado como um "meio trágico" que um fim promissor exigiria. Está deste modo, disposto em consonância com o próprio significado bíblico de êxodo, um sacrifício a ser cumprido para chegar à "terra de promessa", um pesado tributo a ser pago para se usufruir das vantagens paradisíacas da "terra prometida".

À conotação negativa e às consequências nefastas irá corresponder uma resposta da "sociedade" expressa por um planejamento para controlar as irregularidades. Ele é que restaura a "normalidade" desbastando os extremos, aparando os exageros.

O êxodo rural enquanto disposto numa ordem natural, não necessariamente passível de controle, expressa uma condição de involuntário, além da vontade humana. Penderia então para uma dimensão selvagem, de cunho trágico, não sujeita a qualquer controle. Se distinguiria, nesta ordem, do caráter "ordeiro" próprio das demais categorias. Este aspecto será agravado, reforçado, pelo caráter de imprevisibilidade que marca os seus significados. Não há como prever, não como evitar. Isto bem ilustra a sua "irreversibilidade", a sua condição de fato consumado.

Os próprios planejamentos, neste caso, são sempre posteriores à emergência do evento e são implantados para debelar seus efeitos e consequências funestas.

Esta "irreversibilidade" aludida aparece assim no estudo de Cardona, R. (1958):

"El exodo de la población procedente de las áreas rurales hacia las áreas urbanas em Colombia es un fenômeno irreversible".

Se por um lado o êxodo rural não pode ser previsto e evitado, por outro, não é impossível de ser sustado. Uma vez irrompido surgem medidas e planos para controlar suas "consequências" para diminuir seus efeitos" e repercussões. A ação do planejamento intenta repor as "coisas" em seus devidos lugares. Visa o retorno à normalidade, a ordem e à gradualidade das mudanças tal como sugerida pela representação das demais categorias. A eficácia dos planejamentos repousaria no esvaziamento do sentido hiperbólico, recolocando os "processos" na sua rotina .

"... es necessário, por todos los medios posibles, acabar com este exodo migratorio, por lo contrario, debe estimularse para gran parte de la población ubicada en las grandes ciudades regrese a los campos a fin de evitar la eminente catastrofe..." (Cardona, 1958:64).

Até então a "catástrofe" estava remetida aos antecedentes, no texto citado, entretanto, em se falando no presente ela está referida a um momento futuro. É uma visão prospectiva que vê na persistência do êxodo o espectro da "catástrofe". As medidas preconizadas então assinalam uma transformação do para, local de destino - cidade - em de - local de saída. A intervenção consiste em reverter a "tendência natural" fazendo do local tradicionalmente tido como de "destino" um local de saída e vice-versa. Por um lado, parece aproximar-se da concepção de Sorokin (1930) de "término do êxodo", em que a população dos centros urbanos dirige-se para as áreas rurais. Entrementes, enquanto Sorokin atribui esta orientação aos "períodos catastróficos" e à "decadência", Cardonna sugere uma intervenção do estado para atualizar isto, transformando-a em uma medida política.

A múltipla extensão das "catástrofes" abrange as mais variadas esferas da vida social. O que implica que as medidas emanadas dos planejamentos a que lhe são correspondentes também se apresentam segundo uma multiplicidade de aspectos.

Para se apresentar esta amplitude vale ressaltar que para Barreto (1951), "motivos econômicos, sociais e militares" estão presentes na caracterização do êxodo, que para Santos Pereira (1958), o êxodo rural é apresentado como "consequência" de um marco na evolução política, econômica e social", e que para Sorokin (1930) o término do êxodo está vin

culado à "economic, political, moral, mental and social decay and disorganization."

Toda a organização social estaria assim apresentada como permeada e permeando as dimensões da categoria e caberia em virtude disto, às interferências contencionistas um complexo de ações em seus vários níveis. A abrangência dos significados poderia inclusive ser pensada a través destes vários níveis registrados, que exigem, por assim dizer, "planos de combate em todas as frentes":

"Sômente o município, detentor de uma cidade,... no centro de uma zona rural poderá colocar-se na vanguarda da luta contra o êxodo, aglutinando-se é claro, com os grandes planos regionais e nacionais, que se estruturaram com esse desiderato". (Queiroz Fernandes: 1957)

A abrangência que caracteriza os significados e a correspondente extensão dos planejamentos, apontam o Estado como o implementador por excelência, capaz de propiciar, através de instituições adequadas, a eficácia que lhes é necessária.

Apesar do caráter abrangente dos planejamentos, pode-se destacar que assim como, ao nível dos significados, ocorre uma ênfase relativa ao local de saída, com referência aos planejamentos há também um privilégio neste sentido. Muitas das sugestões propostas evidenciam isto:

"agricultura em tempo parcial como medida contra o êxodo" (Espinosa: 1967), "intensificação do desenvolvimento agrícola e rural" (Todaro: 1971), e

"reforma agrária" (Warriner: 1970; Cardona: 1958),

Esta ênfase salienta medidas que contribuam para manter no local de saída a produtores, virtualmente capazes de engrossar as fileiras da população "retirante".

A medida que é mais aventada e que compreendendo as demais é aceita como mais eficaz é aquela denominada de "fixação".

Segundo Barreto (1951) "antepondo a esse êxodo os elementos efetivos para a fixação do homem no campo, o que só é possível pela elevação do padrão de existencia no ambiente rural". (p.204)

Enquanto que, para Souza Barros (1953), por seu lado, o "combate ao êxodo" deve ser levado a termo pela "fixação provocada". Entende por isto que um tipo de "aldeamento assistido baseado numa forma ampla de colonização provocada deve ser o mais indicado", para a "fixação" (5).

Santos Pereira (1958), por seu lado, afirma que quem deve promover a "fixação das massas deslocadas da zona agrária" é a economia industrial. Com isto sugere que os planejamentos que conduzam à "fixação" sejam concentrados na área urbana, ou seja, no local de destino e não necessariamente no local de saída.

Leite de Vasconcellos (1956) no âmbito da economia industrial transfere a questão para área privada e confrontando os recursos empresariais que potencialmente seriam os encarregados da "fixação", revela a incapacidade dos "empregadores rurais" de manterem seus "empregados":

"Na disputa com o empregador urbano, o rural levou todavia desvantagem, impotente para "fixar" os seus empregados e evitar o "êxodo".

Este ciclo descrito pelos planejamentos, assinala uma tentativa de demarcar os limites do hiperbolismo que os significados contém. O tempo da hipérbole, baixo esta ótica, não seria indefinido, nem indeterminado, tem uma duração limitada, presa ao próprio contexto em que emergiu. A vigência do êxodo está diretamente vinculada à duração das "crises", "ca tástrofes", "guerras", etc.

Ainda que nem todas as medidas preconizadas visem necessariamente "planejar o êxodo rural" são muitas as que se propoem a limitar (Todaro; 1971) ou a adotar medidas para atenuar as suas repercussões e consequências (Espinosa; 1967). A recomendação de medidas para debelar o êxodo lança os autores num novo campo semântico que já não é propriamente a quele de êxodo. O tom hiperbólico perde sua razão de ser. Ele é deslocado pelas medidas e pelos planos. A sua supressão está associada à rotinização de certos objetos. Além disso as medidas de controle implicam numa rotinização, que desfaz a eficácia da hipérbole no contexto das políticas preconizadas para combater o êxodo, dissipando-a.

Conversão a e relação com categorias de outros campos

Analisadas as questões pertinentes à categoria êxodo rural e os significados que constituem o campo em que é representada, pode-se proceder ao estabelecimento das articulações entre esta categoria e diversas outras que integram o "grande discurso sobre migração", tais como : mobilidade, migração, migração interna e emigração.

No que concerne a esta articulação cabe esclarecer que na operação anterior precisou-se o caráter da relação de êxodo com noções tais como calamidade, cataclisma e catástrofe, que não seriam conceitualmente "científicos", ao contrário da etapa presente que visa as relações com migração, mobilidade, emigração e migração interna, os quais são metodicamente trabalhados pelo conhecimento científico. Em suma, trata-se de categorias de um discurso que se pretende não hiperbólico: o discurso científico.

Uma utilização geral das práticas que orientam a realização destas articulações pode ser assinalada. Isto a despeito de se ter uma diversidade de autores, associados a distintas formações acadêmicas - econômica (Camargo), sociológica (Ávila), médica (Barreto), demográfica, (Fromont, Fischlowitz), geográfica (Souza Barros) (6). Todos eles

indistintamente sabem a que os demais estão se referindo quando falam de êxodo rural ou quando o acionam. Está em jogo uma mesma prática que possibilita um entendimento de quando se deve acionar a categoria, que transcende a própria diferença entre as várias formações. O que é importante não é tanto que um autor pretenda definir rigorosamente, com objetividade e os demais não, e sim, que há uma região onde todos se entendem e que se explicita quando apelam para o concurso de êxodo rural.

Quanto aos pensamentos de escolas que estão em jogo faz-se mister acrescentar que estes autores acima mencionados podem ser dispostos em dois grandes grupos. Averiguando as citações foi possível registrar que Ávila (1951 - apud. Camargo; 1957), Camargo (1957) e Fischlowitz (1956), além de numa ordem cronológica decrescente irem se citando o último cita os dois primeiros, o segundo cita o primeiro e este prefacia a obra do terceiro - convergem todos eles para as formulações de Pierre Fromont expostas em Démographie économique - Les rapports de l'économie et de la population dans le monde, Paris, 1947. Enquanto que Lopes de Andrade (1948) apud. Barros (1953), Castro Barreto (1951) e Souza Barros (1953) - o último cita os demais - convergem fundamentalmente para os trabalhos de Sorokin: Social Mobility (1927), A Systematic Source Book in Rural Sociology (1930 - com Zimmerman e Galpin).

Castro Barreto, médico higienista afinado com as concepções de Sorokin, relativas a mobilidade, assevera que:

"Seguindo as tendências naturais da evolução na escala das culturas, as populações sempre se escoam do meio rural para o urbano.

... Em face das grandes crises mundiais, de verdadeiros cataclismas sociais, como a Guerra Mundial, a mobilidade das populações, por motivos muito complexos, econômicos, sociais e militares, tomou aspectos impressionantes. A mobilização; a intensificação ao máximo das indústrias, a serviço de Marte; a sedução dos salários industriais, de guerra, dão lugar a intenso êxodo rural, e a enormes condensações nas cidades, despovoando os campos e reduzindo a produção agrícola, umentando doutra parte extraordinariamente o consumo de alimentos e matérias extrativas, cuja produção tende a reduzir-se neste terrível desequilíbrio". (Barreto : 1951: p. 203)

O escoamento das "populações" da área rural para os centros urbanos num contexto marcado por rupturas que geram desgraças públicas tem suas proporções pensadas como usuais e peculiares alteradas sensivelmente. No pensamento do autor estas proporções adquiriram uma dimensão grandiosa e incapaz de ser mantida no quadro das possibilidades tidas como rotineiras, que caracterizam os significados cobertos pela categoria mobilidade. Agravando suas repercussões possibilitaram o emprego de outra categoria que melhor expressa a intensificação das ditas proporções e sua transformação. Apresentando-se mais em consonância com os acontecimentos "trágicos" envolventes a categoria êxodo rural é então instaurada. O que separa os significados desta categoria daqueles correspondentes à outra seria mais que uma diferença de gradação ou seja, o próprio aspecto qualitativo que marca o rompimento entre eles.

A grandiosidade das proporções usuais da mobilidade, conduz a uma ruptura, uma situação limite que propicia o advento no texto da categoria êxodo rural. O seu superdimensionamento quebra com os enunciados correntes da mobilidade, impondo a inserção de uma categoria que dê conta da transformação operada.

Nesta mesma citação de Barreto pode-se observar ainda que o hiperbolismo pode se manifestar segundo uma hipertrofia ou ainda encerrando um seu oposto simétrico, a atrofia. Esta oposição seria própria à hipérbole, quer dizer, ela não é pensada apenas em termos de engrandecimento, mas também em termos de diminuição exagerada. A tentativa de compensação desta atrofia pelo "aumento extraordinário", que o autor assinala, no consumo de alimentos gera o resultado final destas desigualdades e oposições.

Em seguimento à citação anterior, uma outra passagem revela no mesmo texto, uma concordância plena com o tom hiperbólico frisado:

"... Em contradição com o caráter gradual, ordeiro e voluntário na mobilidade e das migrações em tempos normais, as catástrofes precipitam esses processos, tornam-nos violentos, caóticos em grande parte involuntários e essencialmente trágicos" como diz Sorokin". Barreto 1951:
(Grifos nossos).

Por oposição, a hipérbole, seria tomada como uma negação da normalidade que caracteriza os significados de outras categorias como mobilidade e migrações. Êxodo Rural neste sentido, encerraria uma dimensão extrema, um excesso, um momento último, e ao mesmo tempo negador, da própria dinâmica gradualística, que caracteriza as proporções segundo as quais as categorias são pensadas.

Segundo Fischlowitz (1965:84) (7):

"As variações no vulto da migração, em função

da intensidade e duração da sêca, confirmam os efeitos diretos das condições pluviais sobre o êxodo das populações afetadas por êsse flage gelo ".

Souza Barros (1953), por seu turno (8) recorre à classificação de êxodo rural estabelecida por Lopes de Andrade, estudioso das secas. Ele o subdivide em dois tipos: migração de fome e migração de fortuna. A própria condição limite a que é levada a migração e leva a ser tomada instantaneamente como um tipo de êxodo. No contexto aludido, o das secas, a migração não tem força para ser utilizada por si só, tem necessariamente que possuir um atributo e ser considerada como um tipo de êxodo rural. Esta seria a categoria mais coadunada com o contexto das "calamidades climáticas".

No que diz respeito à migração interna Fischlowitz (1965:26) a apresenta inicialmente como mais abrangente que o êxodo rural, restringindo o sentido deste último aos "deslocamentos" classificados como sendo do campo para a cidade:

"O panorama brasileiro das migrações internas seria porê^m, ainda incompleto, se não fôsse destacado que não se limitam de modo algum ao êxodo rural.... Com efeito são extremamente fortes os deslocamentos que se processam, simultaneamente dos campos para os campos e das cidades." (Fischowitz; 1965:26) (Grifos nossos)

Entretanto Fischowitz (1966) corroborando integralmente Fromont ao citá-lo - " O êxodo rural é a manifestação de vitalidade de um organismo..." - finda por complementar, que no Brasil a migração interna constitui preocupação porque ocorre em proporção "exorbitante" e de forma "caótica e anárquica". O autor evoca o êxodo rural quando a migração interna rompe com os seus limites convencionais. Tal como no caso de mobilidade, a introdução do êxodo rural, via Fromont, ocorre nesta circunstância de "catástrofe", cujo sentido transcende a uma mera intensificação do "fenômeno", apontando para transformações em sua qualidade.

O mesmo pode ser registrado em relação a emigração:

"A emigração ininterrupta e volumosa, embora com orientação geográfica e econômica, composição, vulto e índole (permanente ou temporária) muito variável, é um dos mais marcantes fenômenos do panorama sócio-econômico dessa região. De um modo geral, pode ser enquadrada no conceito, muito mais geral e amplo, de êxodo rural."

Como ninguém ignora, os processos de fuga dos campos para as cidades alcançam, entre nós, intensidade extraordinária..."

(Fischlowitz; 1965:47)

Através da acepção dicionarizada de emigração, num manual de iniciação científica como é o caso do Dicionário de Sociologia Globo (1961), destaca-se ainda que esta categoria é definida por outra, ou seja, êxodo. O verbete que corresponde a emigração assinala;

"êxodo de indivíduos ou grupos, considerado do ponto de vista do país de origem".

As categorias êxodo e emigração teriam uma transitividade imperfeita. Isto porque no verbete diz-se "êxodo de indivíduos ou grupos" e não de "massa" ou "população", conforme práticas convencionais.

Dispondo-se da ótica do ponto de partida Warriner (1970) efetua, por seu lado uma distinção entre "saídas normais" (emigração) e êxodo rural. Contraria assim a visão dicionarizada citada, ao fixar a "anormalidade" em êxodo rural. É a condição de "anormalidade" numa "saída normal" que geraria uma circunstância adequada ao emprego de categoria. A ruptura com a "normalidade" é que desloca os significados de uma para outra categoria. A característica de excepcionalidade, que passa a ser inerente aos significados transformados, é acentuada pelo próprio contexto singular em que a categoria êxodo rural é concebida: "na época das calamidades".

Camargo (1957) realiza uma outra distinção, procura se descartar do significado bíblico em prol de um sentido corrente em trabalhos científicos, em função de "conceito" senso comum na área científica. A noção bíblica evoca a "saída dos hebreus do Egito", a saída de todo um povo, e é a ela que Camargo se opõe:

"Tomamos a expressão êxodo rural no seu sentido amplo e corrente de emigração de grande número de pessoas de zonas rurais para os centros urbanos e não no sentido restrito e absoluto de emigração de um povo inteiro de uma região para a outra." (pág. 27)

Com esta distinção Camargo se dispõe numa posição intermediária entre a acepção dicionarizada e o sentido bíblico. Enquanto na visão dicionarizada o que está em foco basicamente é a saída do ângulo do país de origem", assim como na concepção da bíblia, em Camargo há uma maior especificação. Para ele primeiramente trata-se de um "grande número de pessoas" e não de um "povo inteiro" ou de "indivíduos e grupos", que se desloca de "zonas rurais" para áreas urbanas e não simplesmente de uma "região para outra". Com estas restrições e especificações para o autor, o êxodo corresponde a uma emigração determi

nada que não se confunde com a passagem bíblica referente à "fuga" do povo hebreu nem com o verbete do manual de sociologia que relativiza o caráter de "grande número" ou de "massa" daqueles que o integram.

Considerações Finais

Em virtude do que foi apresentado pode-se dizer, em apoio irretido à introdução geral da pesquisa, que as formulações que concorrem para conferir significados a êxodo rural, detectadas nos inúmeros textos analisados constituem unidades elementares, que devidamente dispostas, integram um campo particular de reflexão que lhe é peculiar. Neste campo das modalidades de reflexão específicas dos significados da categoria, tais unidades elementares apresentam-se, além do visível e percebido impressionisticamente como resultado de práticas regulamentadas suficientemente difundidas no mundo savant, que estabelecem as bases de um acordo entre os espiritos (Durkheim; 1968) (Bourdieu; 1967) (10) quanto à sua utilização. Em virtude da difusão destas práticas e de sua vigência nos textos analisados é que se torna possível considerar uma universalidade dos significados de êxodo rural relegando momentaneamente a um plano secundário ou a uma etapa ulterior de análise quaisquer distinções "pátrias" dos inúmeros títulos examinados.

Quadro Básico de Referências Bibliográficas

Os 34 títulos que integram o quadro básico de referências bibliográficas utilizadas no transcorrer do presente trabalho foram destacados a partir de uma seleção efetuada sobre o conjunto de textos fichados no âmbito do Projeto "Emprego e Mudança Sócio-Econômica no Nordeste".

Trata-se de títulos onde a expressão êxodo rural aparece de maneira explícita, quer seja como foco principal de análise, quer seja como um tema secundário.

Os títulos se dispõem em termos temporais num intervalo correspondente a 42 anos ou mais exatamente de 1930 até 1972.

O intervalo de 1930 a 1960, inclusive, compreende 14 textos, enquanto aquele que vai de 1961 a 1972 abrange 20 títulos. A maior concentração é registrada no intervalo de 1965 a 1968, inclusive, que apresenta 10 títulos. Ela é secundada por aquele intervalo de 1955 a 1958, inclusive, que concorre com 8. O ano de 1968 com cinco títulos e o de 1958 com quatro constituem aqueles que apresentam maior concentração de títulos.

A exceção dos trabalhos de Sorokin (1930), Keyfitz (1962), Warriner (1971), Todaro (1971), Cardona (1958), Espinosa (1967), Butterworth (1971), Vincienne (1972), os demais trabalhos foram editados no Brasil ou então elaborados por autores brasileiros.

Artigos e Obras em cujo título tem-se êxodo ou êxodo rural. Autores brasileiros e estrangeiros por ordem cronológica.

AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO/OBRA	DATA	LOCAL DE INSCRIÇÃO
Carvalho, Fernando M.	O êxodo rural	Revista Imigração Colônização	1942	Brasil
Souza Barros	Êxodo e Fixação	ob.	1953	Brasil
Camargo, J.F.	Êxodo rural no Brasil (11)	ob.	1957	Brasil
Queiroz Fernandes, R	O êxodo rural e o desenvolvimento das áreas urbanas no Brasil	Revista Brasileira de Municípios	1957	Brasil
Keyfitz, Nathan	L'exode rural dans la province de Québec	Recherches Sociographiques	1962	França
CLAPCS	L'exode rural e l'immigration en Amérique	-	1968	Brasil
Camargo, J.F.	A cidade e o campo: o êxodo rural no Brasil	ob.	1968	Brasil
Warriner, Doreen	Problèmes posés par l'exode rural: quelques suggestions pour la recherche.	-	1971	França
Todaro, M.	L'exode rural en Afrique et ses rapports avec l'emploi et les revenus (12)	Revue International du Travail	1971	França

Artigos e Obras outros a partir de cuja leitura, o termo êxodo rural foi registrado nas fichas. Agrupamento por ordem cronológica. Autores brasileiros e estrangeiros.

AUTOR	TÍTULO	PERIÓDICO/OBRA	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Sorokin (13)	A Systematic Source Book in Rural Sociology	Ob.	1930	EUA
Costa Pinto	A mobilidade das populações	Digesto Econômico	1948	Brasil
Bezerra de Freitas	Causas e Consequências da fuga para o litoral	Digesto Econômico	1950	Brasil
Castro Barreto	Povoamento e População Política População Brasileira	Ob.	1951	Brasil
Accioly Borges, T.P.	Migrações Internas	Ob. (CNP)	1955	Brasil
Vasconcellos, Luis Leite	Migrações Internas no Brasil	Revista Brasileira de Economia	1956	Brasil
Cardona, R.	Migración, urbanización y marginalidad	Seminário Nacional sobre urbanización y marginalidad	1958	Colombia
	Migrações Internas	Desenvolvimento e Conjuntura	1958	Brasil
	Migrações Internas	Desenvolvimento e Conjuntura	1958	Brasil
Santos Pereira	A previsão do crescimento das populações urbanas	Ob.	1958	Brasil
Limoeiro Cardoso	Aspectos da explosão demográfica	Síntese Política Econômica e Social	1962	Brasil
Jordão Netto	São Paulo e o Problema das Migrações Internas	Revista Sociologia	1963	Brasil
Callier, Collet.	A migrante de origem rural no Recife	Boletim do I.J.N.P.S.	1964/65	Brasil

AUTOR	TITULO	PERIÓDICO/OBRA	DATA	LOCAL DE PUBLICAÇÃO
Mortara, G.	Fatores econômicos das migrações para as cidades na América Latina	Revista Brasileira de Estatística	1965	Brasil
Fischlowitz, E.	Principais problemas da migração nordestina	ob. (M.E.C.)	1965	Brasil
Fischlowitz, E.	Migração interna	Revista de Serviço Público	1966	Brasil
Espinosa, J.	Agricultura a tempo Parcial y mini fundios	Revista de Estudios Agro-Sociales	1967	Espanha
Silva, Amando C.	Estrutura e mobilidade Social do proletariado urbano em São Paulo	Revista Civilização Brasileira	1967	Brasil
César, V.	"As migrações internas no Brasil	Cristianismo e Sociedad	1968	Uruguai
Pereira de Queiroz	Enfance et adolecence dans les favelas brésiliennes	Les carnets de l'Enfance	1968	França
Ramalho, Jether P.	A população da América Latina e as migrações internas	Cristianismo e Sociedad	1968	Uruguai
Fischlowitz, E.	Internal Migrations in Brasil	The International Migration Review	1969	Genebra
	The World Confederation of Labour and migration questions	R.I.T.	1970	Genebra
Butterworth, D.	Migración rural-urbana en América Latina: el estado de nuestro conocimiento	América Indígena	1971	México
Vincienne, M.	La mobilité des agriculteurs	Études Rurales	1972	França

C O N C L U S Ã O

A comparação entre as grandes categorias através das quais as migrações têm sido pensadas leva-nos, antes de mais nada, a relativizar a equivalência que estabelecemos quando as selecionamos para análise. Não há dúvida que cada uma delas entretém um discurso sobre as migrações. Mas o faz por meio de um recorte particular dos "fatos" que está querendo representar e dos conceitos que chama em socorro seu, a ponto de podermos nos perguntar se estamos diante de um discurso único ou não. A equivalência que estabelecemos, tanto quanto as tentativas que vimos em alguns autores de integrarem migração, êxodo e emigração/imigração numa tipologia única, só é possível como um movimento retrospectivo ou, se não quisermos estabelecer sucessões cronológicas, como uma visão dos três conjuntos de categorias que distinguimos a partir de um deles: aquele regido pela categoria migração. Se isso é inevitável, na medida que vivemos sob o império da migração, e se é provável que a sucessão estabelecida corresponda ao movimento histórico real de imposição de uma ideologia, nem por isso deixa de ser necessária a relativização. Ao contrário, ela é como que uma exigência, se quisermos algo mais que uma história finalista, e, portanto, apologética daquela ideologia. Mas, sobretudo, ela é uma exigência interna da própria análise.

O par imigração/emigração funciona como um sinalizador binário de um movimento cuja natureza lhe escapa. Todo o seu papel se resume em distinguir entradas e saídas. É sintomático que os seus derivados imigrante, emigrante e emigrado o sejam apenas em termos gramaticais; sua utilização conceitual independe de qualquer referência a imigração ou emigração. Por exemplo, pode-se falar da assimilação do imigrante sem uma referência à natureza do processo imigratório que o envolveu. Não há uma relação conceitual necessária: se na migração, o migrante é o agente da migração isso não ocorre com imigração/emigração. Imigrante e emigrante, coerentemente com as suas matrizes e sem compromissos conceituais, apontam somente para uma distinção entre quem entra e quem sai. Já migração é indissociável dos seus derivados migração interna e migrante e juntos colocam, como um imperativo, a necessidade de distinguir entre o que é e o que não é migração. Essa é uma tarefa, ao contrário da anterior, que exige um conjunto de conceitos — a necessidade de articulação teórica e a inexistência da teoria, no sentido forte, fazendo com que a articulação gramatical se ja travestida de articulação teórica — e que diz respeito aos próprios conceitos que estão sendo construídos. Êxodo, por seu lado, é um termo descritivo mas sem nenhum simétrico no estilo emigração/imi

gração. Mais radicalmente ainda, dispensa qualquer tipo de côrte. Não há categorias que o acompanhem necessariamente. As que o acompanham com certa frequência como colonização, fixação, etc. fazem parte de um conjunto aberto em que o importante é que seja mantido o que chamamos de tom hiperbólico do discurso. Trata-se aqui, antes de tudo, de distinguir entre o que é grandioso do que não o é. (1)

A natureza do referencial de cada uma das categorias que analisamos é diferente do das demais. Imigração/emigração referem-se a processos, se é que tem sentido aqui falarmos de processo, não "naturais" e não necessariamente regulares. No caso específico da imigração, por exemplo, que o processo em questão seja regular ou irregular, o problema da assimilação do imigrante, individual ou coletivo, sempre se coloca. O fato é que imigração/emigração nunca ocupam uma posição de "centro" de um conjunto de conceitos. No centro sempre estarão conceitos que remetem ao lugar de chegada ou de partida.

Êxodo, por seu lado, está referido a processos "naturais" e irregulares. Êxodo, por mais que se distingam nele as causas naturais das sociais, é um processo natural, tanto quanto as "calamidades" e "cataclismas". A exemplo de imigração/emigração, êxodo não é centro de um conjunto de conceitos. Mas neste caso, podemos mesmo nos perguntar se tem sentido falarmos de um centro como seria possivelmente a assimilação no caso da imigração, ou se, diferentemente, o centro não é sempre representado pelo tema e/ou pela categoria que é centro das atenções de um texto particular.

Totalmente diversa é a situação da migração. Migrações referem-se a processos "naturais" — ainda que "natural" aqui ganhe significado distinto do que tem em êxodo, não supondo sua integração em qualquer "teoria da natureza" — e regulares. Os autores falam de "fenômeno normal". Por outro lado, migração é o centro e a matriz de todo um conjunto de conceitos.

Cada uma daquelas categorias possui um "tempo" próprio. No caso êxodo, temos uma descontinuidade sobre um tempo cronológico, linear, um "tempo" que êxodo compartilha com outros eventos "naturais". Mesmo quando, como nas referências a êxodo rural, fala-se de um processo contínuo, esta é uma continuidade que apenas atualiza uma descontinuidade inicial. No caso da imigração, não há propriamente um "tempo" da imigração, mesmo oferecido já "pronto", como em êxodo. Há continuidade linear no caso específico da história de correntes imigratórias. Mas, uma tal continuidade não "pertence" propriamente à imigração mas à história do país de chegada. Já a migração oferece exemplo de um "tempo" faseológico, como ilustram as tipologias do tipo "migrações primitivas, antigas, medievais e modernas" (veja-se, por exemplo, a Encyclopedia of The Social Sciences) ou a subdivisão do pro

cesso migratório em diferentes "momentos". Mas a migração é sobretudo o lugar da multiplicidade de "tempos", os diferentes "tempos" funcionando como discriminantes dos próprios tipos de migração, como quando se fala de migrações "temporárias", "sazonais", "definitivas", etc.

Como um processo natural, êxodo não tem agentes. Ao invés disso, coerentemente, tem o que poderíamos designar como "pacientes": populações ou grupos por ele atingidos: flagelados, retirantes ou equivalentes. No polo oposto, migração supõe sempre o migrante, cuja decisão de migrar ocupa um lugar de destaque em todas as construções em torno da migração. Já imigração e emigração colocam-se em posição singular. Possuem fórmulas gramaticais equivalentes às de migração: imigrante, emigrante e uma a mais, emigrado. Mas o papel conceitual que desempenham é totalmente diverso. No caso de imigrante a questão da "decisão de imigrar" é simplesmente um contrasenso: quando se fala de alguém de imigrou, não se está adotando seu ponto de vista mas o do país que o recebe.

No caso de emigrante e emigrado, há provavelmente um tipo de "interferência" externa nessa distinção: a de êxodo, ocupando previamente o espaço que seria o de uma emigração em massa. Assim é que, já ao nível das definições mais usuais, será enfatizado o caráter individual e voluntário de emigração por oposição ao caráter massivo e involuntário de êxodo, enquanto a migração comporta tanto movimentos individuais quanto de grupos (ainda que, em ambos os casos, seja resguardada a decisão de migrar). Por essa razão, emigrante desempenha papel análogo ao de migrante, tornando-se necessário um outro termo para designar aqueles entre os emigrantes que deixaram seus locais de origem por razões outras que não a própria vontade. Emigrado vai designar exatamente aqueles emigrantes não voluntários mas que saíram não como pacientes de um processo natural mas como vítimas de um processo político. Mas também aqui, em que pese a sugestão gramatical em sentido contrário, é uma identidade social no país de chegada que está basicamente em jogo.

O êxodo, além de ser "em massa", é um processo irreversível. Já a migração que seja individual ou em grupo, se ela é historicamente irreversível (i.e., os autores ao mesmo tempo que a vêem como um processo normal e transhistórico, consideram sua aceleração e sobretudo a aceleração de algumas de suas variantes — em especial a migração rural-urbana — como uma espécie de tendência histórica irreversível), do ponto de vista do migrante ela é reversível, havendo, inclusive, conceitos construídos para pensar o movimento inverso, como é o caso da remigração. Mas, mais do que reversível a suposição básica da "era" da migração, é que a migração é controlável. E controlável, ao con

trário do êxodo, que supõe um controle de consequências para o restabelecimento de uma certa normalidade ou, no máximo, algumas medidas preventivas, tal como qualquer outra "calamidade natural", em termos de uma política migratória ou de uma política populacional, em que o controle se estende à possibilidade de indução de certos movimentos ou de canalização de outros tantos.

Já no caso de emigração/imigração, não há lugar, rigorosamente, para a questão da reversibilidade. Do ponto de vista do agente, não tem sentido: ninguém, emigrando, imigra depois para seu próprio país. Em termos da imigração ou da emigração enquanto tais, as coisas se colocam, antes em termos de compensação do que de reversibilidade. Um grande fluxo imigratório pode ser "compensado" por um fluxo emigratório equivalente ou vice-versa.

Essas dimensões contrastantes das grandes categorias através das quais são pensadas as migrações circunscrevem as explicações que são dadas do(s) fenômeno(s) em jogo. Explicações estas que, sintomaticamente são formuladas em termos de uma questão que, ao mesmo tempo que é a questão das questões que o senso comum atribui à "ciência", deixa de questionar o próprio objeto de análise como objeto de análise, tomando-o como um dado, como empiricamente dado, como auto-evidente: a questão das causas e consequências.

Se as consequências do êxodo e da migração são pensadas em termos equivalentes como atingindo o local de saída, o local de chegada, e as populações envolvidas, quer passiva, quer ativamente, na hierarquia das causas é diferente. No êxodo, elas aparecem como primordialmente "naturais" e só secundariamente "sociais", invertendo-se no caso de migração. Em compensação, as consequências da imigração e da emigração são consequências para os locais de origem e/ou chegada. As "consequências" que sofre o imigrante são consequências não da imigração mas da segregação, da marginalização ou algo no gênero. Por outro lado, não há propriamente "causas" da imigração, no mesmo sentido que em êxodo ou migração, como uma espécie de "motor" que estaria por trás do próprio movimento. No caso de imigração são sempre certas necessidades do local de chegada que estão em jogo. Se, no caso de migração, êxodo, e mesmo com relação a emigração, o debate da atração-repulsão está presente, na imigração ele não se coloca. Aquelas "necessidades" do local de chegada só incidentalmente são "naturais", no máximo (ainda que com certa frequência) chegando a um desequilíbrio entre território e população. Em contraste com um tipo de desequilíbrio que se situa (emigração) no ponto de partida ou (imigração) no ponto de chegada, ou em ambos separadamente (emigração, êxodo), a migração, como que levando às últimas consequências essa teoria espontânea ou

construída do "equilíbrio social", será solidária de uma concepção de equilíbrio/desequilíbrio que privilegia exatamente o desequilíbrio entre o ponto de partida e ponto de chegada. Mas se trata de um desequilíbrio, no que migração se aproxima outra vez de imigração, social (ainda que referindo a um movimento que continua sendo pensado como físico, natural), ao contrário do desequilíbrio natural (de que as secas constituem um dos exemplos mais arrolados) em jogo no caso de êxodo.

* * *

O movimento que leva da prevalência de emigração/imigração ou de êxodo à da categoria migração nos discursos sobre os movimentos de populações que correntemente designamos como migrações aparece, paradoxalmente, como, de um lado, uma passagem de explicações fundadas sobre uma qualquer "teoria" da natureza, ou "teorias" da sociedade fundada sobre determinismos naturais, a teorias propriamente sociológicas e, de outro, e simultaneamente, como um movimento no sentido da "naturalização" da noção de migração. As diferentes referências à "natureza" em jogo podem confundir as coisas.

Em êxodo há uma referência explícita embora vaga à "natureza" e inexistem tentativas de sociologizar o conceito, como irá ocorrer com migração. Mesmo que, como chamamos atenção, haja tentativas de separar uma "ordem social" de uma "ordem natural" na determinação do êxodo, essa "ordem social" remete sempre a fenômenos sociais incontroláveis, que sintomaticamente são pensados como "cataclismas sociais", "catástrofes sociais", "flagelos sociais", a referência à natureza sendo reintroduzida, que não alteram em nada o significado de êxodo. Não se colocam outras questões — e isso é feito sem qualquer incômodo — que não aquela sobre as causas e consequências de um fenômeno ou de um processo "natural".

Emigração e imigração sendo apenas sinalizadores de saídas e entradas, as referências à "natureza" se dão pela mediação dos conceitos com que se articulam. Se há uma espécie de racismo prático colado aos termos ou às manipulações que lhes fazem sofrer, os determinismos biológicos ou ambientais se jogam em outra parte: ali onde se jogam os conceitos centrais a que se subordinam imigração e emigração numa conjuntura intelectual dada.

Nas tentativas de pensar as migrações em termos de migração que o recorte de alguns historiadores da sociologia das migrações aponta como "pioneiras", isto é, como cronologicamente primeiras, há também um apelo explícito às ciências naturais. Trata-se de tomar de empres

timo aquelas ciências modelos para pensar relações diferentes: relações sociais. Ao invés de uma busca de determinismos "fora" daquilo que se está querendo explicar, a "ecologia humana" (que é o exemplo por excelência da tendência para que estamos apontando) vale-se analogicamente de modelos referidos a outros objetos e desenvolvidos por uma outra ciência para pensar as relações sociais enquanto tais. Sem dúvida que, frequentemente, da analogia se derrapa para tentativas de aproximações substantivas entre as duas ordens de "fenômenos". É possível mesmo que a intenção primeira dos participantes da "escola de Chicago" fosse uma teoria que não se limitasse às relações sociais ou que quisesse pensar as relações sociais dentro de uma ordem mais inclusiva de fenômenos. É possível até que a utilização analógica dos modelos seja a exceção. Mas a simples possibilidade de uma tal utilização controlada da analogia já é suficiente para retirar qualquer caráter de necessidade à negação da especificidade dos fatos sociais pelas tentativas de importação de modelos de ciências não sociais.

Referências à natureza ou as ciências da natureza tendem a desaparecer na "era da migração" propriamente dita. Se permanecem, permanecem segregadas pelos avaliadores oficiais como remanescentes de uma "escola". Mesmo quando substantivamente as contribuições desses exilados do campo intelectual são vistos como importantes, essa importância é mediatizada pelas questões colocadas pelos autores, disciplinas ou sub-disciplinas que se encontram em posição hegemônica no campo. (2) Os conceitos que, no texto, servirão de contexto às utilizações de migração não serão "cataclismas", "raças" ou "sucessão", mas sim desenvolvimento econômico, industrialização, urbanização, marginalidade; ou motivações, aspirações, mobilidade social, mobilidade ocupacional; em suma, conceitos acima de qualquer suspeita de racismos ou determinismos extra-sociais. Mas, se a referência a modelos "ecológicos" obrigava seus utilizadores a discutirem a natureza da migração e o seu lugar num conjunto de conceitos de que não era o centro; a suposta sociologização que teria sofrido o conceito com todo o conjunto de estudos fundados sobre o modelo da migração interna, reforçada pelas possibilidades de mensuração que foram abertas, renovando a crença na "realidade" daquele objeto, dispensa qualquer coisa no gênero. Tanto quanto êxodo, a migração é um processo dado, empiricamente reconhecível, a que só podemos indagar sobre suas causas e consequências sociais nunca sobre ele próprio. E com um agravante: se, no caso de êxodo, estávamos diante de um fenômeno da mesma ordem de outros fenômenos e, portanto algum tipo de pergunta ainda cabia, no caso de migração não há o que perguntar. A natureza do processo, enquanto tal, é inquestionável. Migração é migração. As tentativas de questionamen

to dessa tautologia, acabam sempre apontando para um deslocamento de uma população, ou de um membro dessa população, de um ponto para outro. Trata-se de um deslocamento físico, natural que será "qualificado" socialmente. Mas essa qualificação é um movimento posterior ao reconhecimento dessa "realidade" dada.

Mas não acaba aí o problema. Não se trata apenas de uma percepção primeira da migração como um processo natural. A massa de conceitos gerados por, ou melhor, derivados de migração não opera a troco de nada. Migração interna, movimento migratório, fluxo migratório, migração rural-urbana, remigração, migrante, etc., para além dos seus múltiplos significados particulares, são várias maneiras de dizer o mesmo: de reafirmar a evidência não mais de um conceito, mas de uma verdadeira categoria (geral, impessoal, necessária, investida de autoridade) em que transformaram a migração. Essa presença da migração nos seus próprios tipos particulares ou mesmo em seus significados trai, simplesmente, um tipo de "naturalização" lingüística que redobra sua percepção como processo "natural", ao mesmo tempo que lhe investe dos poderes de imposição da linguagem. A possibilidade de entendimento imediato, independentemente de afiliações teóricas, do que seja migração, essa espécie de evidência lingüística, não é sem consequências. Sob um aparente controle de conceitos assistimos com a migração, contraditoriamente com o projeto de uma ciência do social que a acompanha, a uma naturalização das próprias categorias, começando com a própria migração. O resultado é que as regras de construção de conceitos identificam-se com as regras de derivação gramatical e que os conceitos, assim construídos, passam a comandar as próprias questões dirigidas aos processos reais que pretendem representar e os próprios debates científicos.

* * *

Se há alguma conclusão que possa ser tirada da análise das categorias e dos próprios conceitos através dos quais as migrações têm sido pensadas, ela é análoga àquela de Louis Wirth (Wirth, 1967) há mais de quarenta anos, a propósito da cidade: inexistente um conceito sociológico de migração.

Isso não ocorre por qualquer tipo de incompetência dos autores que trabalhem com o tema. A apreciação de Wirth sobre o que se fazia em torno da cidade e da urbanização é suficiente para nos lembrar que o problema é mais geral. Tampouco significa que não haja preocupação dos autores com esse problema. Ao contrário, a reclamação da "falta de teoria" é também uma reclamação contra a falta de conceito e as

tentativas de dar definições menos vagas de migração são esforços de delimitar, de pôr sob controle do cientista social um conjunto de fenômenos sociologicamente significantes, de estabelecer um corte com o senso comum.

O que tentamos mostrar foram os limites dentro dos quais se dão esses esforços e por que, mesmo quando se apela para as tradições paralelas, como aquela representada por êxodo, esses limites aparecem como absolutos.

Se a tautologia — a reintrodução do próprio conceito na explicação do seu significado — é a forma que uma primeira análise crítica revela, de fato ela é apenas um sintoma (que tomado como explicação resulta numa visão "moralista" ou normativa da prática científica) de mecanismos necessários e, pelos menos parcialmente, inconscientes de entretenimento de um jogo intelectual cujo papel não temos condições aqui de analisar (mas apenas de dar algumas indicações) mas que é efetivamente importante na produção de ideologias de uso mais amplo do que o que lhes atribuem os seus produtores que, por sua vez, longe de serem livres produtores, são em boa parte o produto dessas ideologias que já encontram, por assim dizer, prontas, dispendo-se a serem os seus atualizadores. O que a análise das categorias que servem de suporte às construções conceituais revela é, para além das teorias construídas sobre (ou instrumentadas por) aqueles conceitos, a presença de algumas grandes "teorias espontâneas" do social que correspondem, grosso modo, ao império de cada uma daquelas grandes categorias que distinguimos: imigração/emigração; migração e êxodo. (3)

Quando afirmamos que inexistente um conceito sociológico de migração, não estamos afirmando que inexistem conceitos de migração. Ao contrário, inexistindo um conceito sociológico da migração, as definições possíveis da migração são infinitas. Distinguir características novas ou subdividir um fenômeno dado é uma operação aritmética cujo único limite é a fruição do pesquisador ou a necessidade de distinção que lhe impõe o campo intelectual.

Por outro lado, quando afirmamos que inexistente um conceito sociológico de migração não temos em vista nenhum conceito específico de migração, compartilhado por um número mais ou menos amplo de estudiosos, e ao qual teríamos a opor um outro conceito de migração. Este é o procedimento exatamente daqueles autores que participam plenamente do projeto de construção de uma "teoria de migração". É justamente essa unidade estabelecida pela categoria migração que nos parece problemática.

Finalmente, não se trata de uma crítica a tudo o que se fez sobre migração e nem pretendemos nos colocar como ponto de partida de u

ma nova maneira de pensar a migração. Nem, muito menos, estamos querendo minimizar a importância social dos fenômenos pensados sob a rubrica "migração". O que estamos tentando chamar atenção é para a reificação de determinados conceitos e para a esterilização que essa reificação pode impor à teoria (muitas vezes em nome da própria teoria). A "migração" não precisa ser pensada necessariamente através da migração. A própria gênese do conceito nos mostra isso. "Ela" pode ser (e tem sido) pensada através de outros conjuntos de conceitos. "Ela" pode ser pensada diluída em outros conjuntos de fenômenos. O zelo em pensá-la como uma entidade distinta, o zelo pelos conceitos e teorias construídas para pensá-la como uma entidade distinta podem estar ocultando um zelo pelas categorias e teorias espontâneas do social que ordenam e justificam uma forma histórica da sociedade.

Notas:

- (1) Não é pois casual, que, na análise que foi feita, os significados, decisivos na análise da migração, cedam seu lugar neste caso ao contexto em que êxodo é acionado.
- (2) Quando, hoje em dia, se cita Burgess ou Bogue, mesmo se rendendo homenagens a suas contribuições respectivas, é como se a referência fosse à produção desses autores nos anos 30. Se o leitor não se der ao trabalho de ir às datas dos trabalhos mencionados, ele pode ficar com essa idéia.
- (3) Só uma análise mais detalhada poderia dizer se são as únicas ou estabelecer a regra de entrada nesse arsenal de outras categorias do mesmo porte, bem como estabelecer os lugares e o papel dos diferentes tipos de "categorias" menores que as acompanham.

Bibliografia:

As referências bibliográficas deste texto remetem, em geral, ao volume "Levantamento Bibliográfico sobre Emprego e Migração" deste relatório. Mas há alguns trabalhos que, sem estarem voltados para as migrações especificamente, a ponto de justificarem sua inclusão na aquele levantamento, forneceram matéria-prima para nossas reflexões. Referimo-nos principalmente a certos manuais e aos dicionários, especializados ou não, que consultamos.

Mas há ainda um outro tipo de referencial não incluída no levantamento bibliográfico sobre emprego e migração. Trata-se de textos

de apoio teórico às reflexões que procuramos desenvolver.

a) Textos sobre migrações não incluídos no levantamento.

Dicionário Contemporâneo da Língua Portuguesa Caldas Aulete. Francisco Júlio. Imprensa Nacional, Lisboa - 1881.

Dicionário Escolas do Português no Brasil. Antenor Nascente. Atualizado e aumentado por Osmar Bastos - Ed. de Ouro. Editora Tecno print.

Dicionário Prático Ilustrado. Lello e irmãos. Direção de Jaime de Siqueira. Edição Atualizada e Aumentada por José Lello e Edgard Lello. Porto - 1958.

Dicionário de Sociologia Emílio Willems. Ed. Globo. Porto Alegre, 1980.

Encyclopedia of the Social Sciences Ed. edition S.A. Seligman Alvim Johnson. The Macmillan Company New York 1937.

Grande Enciclopedia Portuguesa e Brasileira. Ed. enciclopedia Brasil-Lisboa. Rio de Janeiro, 1967.

Novo Dicionário da Língua Portuguesa. Aurélio B. de Holanda. Ed. Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1a. ed. 1975.

Pequeno Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa, Cia. Ed. Nacional. Rio de Janeiro-São Paulo. 11a. Ed. 1969.

ÁVILA, Fernando Bastos de

1962 - Introdução à Sociologia. Agir. Rio de Janeiro.

BORIS, Kingsley

1970 - Human Society - the Macmillan Co., New York.

SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

1926 - Imigração - Inquérito promovido pela Sociedade Nacional de Agricultura - Estabelecimento Gráfico Villoni C. Barleno. Rio de Janeiro.

b) Textos de apoio

ALMEIDA, A.

1974 - A posição de Jorge Amado no campo intelectual. Museu Nacional (ms).

ALMEIDA, A.

1975 - Uma genealogia de Euclides da Cunha. Museu Nacional (ms)

BENVENISTE, Emile

1969 - Le vocabulaire des institutions indo-européennes. Minuit, Paris, vol. 19.

BOLTANSKI, Luc e MALDIDIER, Pascale

1970 - Carrière scientifique, morale scientifique et vulgarisation. Information sur les Sciences Sociales 9(3), pp 99-118.

BOURDIEU, Pierre

1967 - Système d'enseignement et système de pensée. Revue Internationale des Sciences Sociales, vol. XIX, n° 3.

BOURDIEU, Pierre

1975 - Structures sociales et structures de perception. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n° 2, março pg 18-20.

BOURDIEU, Pierre e BOLTANSKI, Luc

1975 - Le fétichisme de la langue. Actes de la Recherche en Sciences Sociales, n° 4.

DURKHEIM, Emile

1968 - Les formes élémentaires de la vie religieuse. Presses Universitaires de France. Paris, 5^e ed.

WIRTH, Louis

1967 - O urbanismo como modo de vida (1938). In: O fenômeno urbano. Otávio Velho ed Zahar. Rio de Janeiro. pp 97-122.